

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. *Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**NEGOCIAÇÃO E COMBATES NO PAÍS DA SOLIDÃO: UMA ANÁLISE
SOBRE OS ACORDOS ENTRE GOVERNO E GUERRILHA NA COLÔMBIA.**

EVANDRO DE MIRANDA NEVES

EVANDRO DE MIRANDA NEVES

**NEGOCIAÇÃO E COMBATES NO PAÍS DA SOLIDÃO: UMA ANÁLISE
SOBRE OS ACORDOS ENTRE GOVERNO E GUERRILHA NA COLÔMBIA.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do Professor Dr. Antônio de Almeida.

Uberlândia – 2005

EVANDRO DE MIRANDA NEVES

**NEGOCIAÇÃO E COMBATES NO PAÍS DA SOLIDÃO: UMA ANÁLISE
SOBRE OS ACORDOS ENTRE GOVERNO E GUERRILHA NA COLÔMBIA.**

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Antônio de Almeida – Orientador

Professor Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox

Professor Ms. Leandro José Nunes

Agradecimentos

Ao coronel Aureliano Buendía, que promoveu trinta e duas revoluções e perdeu todas, e aos meus amigos Carlos Alberto e Urso que nunca perderam nenhuma.

Ao professor Antônio de Almeida pela paciência e pelo imenso respeito com meu trabalho; assim como ao professor Leandro Nunes que involuntariamente me inspirou a pesquisar sobre o tema.

Aos meus pais e minha família, sem os quais a vida não seria possível.

A Olivério Medina e tantos outros que ousaram lutar por liberdade para a América Latina.

“A Colômbia é um país onde a morte é uma sentença banal. Resolve-se tudo pela coação física e privação da vida, desde uma briga ideológica até uma pendência patrimonial.”

(Néstor León Ramírez)

“Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será.”

(Eduardo Galeano)

Sumário

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I – COLÔMBIA: ENTRE GUERRAS E GUERRILHAS	11
A guerrilha das FARC e seus caminhos de luta	20
Recrutamento e narcotráfico: as FARC e suas polêmicas práticas de combates	27
CAPÍTULO II – O DIÁLOGO IMPOSSÍVEL: IMPERIALISMO, NARCOTRÁFICO E PARAMILITARES COMO EMPECILHOS PARA A PAZ	36
O paramilitarismo como estratégia de atuação da direita	38
Drogas na Colômbia: o poder do narcotráfico	45
Capítulo III – EFÊMEROS ENTENDIMENTOS: AS COMPLICADAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A GUERRILHA	52
Visões sobre a guerra e a paz	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
BIBLIOGRAFIA	73

Resumo

Este trabalho analisa os acordos de paz estabelecidos na Colômbia durante o mandato do presidente Belisario Betancur (1982–1986), buscando compreender a dinâmica das negociações entre o governo colombiano e as guerrilhas.

Através deste estudo procuramos avaliar os planos políticos desenvolvidos no período para consolidar a pacificação do país – em especial a participação das FARC-EP no processo eleitoral, através da criação da União Patriótica (UP). Procuramos ainda evidenciar os obstáculos que impediram a materialização desses projetos, e acabaram levando ao surgimento de uma nova espiral de violência protagonizada por paramilitares de direita e pelo aumento da influência do imperialismo estadunidense e do narcotráfico no conflito.

Introdução

Apasionado por história latino-americana desde sempre, comecei a focar minha atenção com mais cautela sobre a situação dos conflitos colombianos a partir de 1999, quando o governo dos Estados Unidos passou a demonstrar abertamente seus propósitos de intervir na política da região amazônica através do chamado Plano Colômbia, que supostamente tinha por objetivo combater o crescimento do narcotráfico internacional.

Sabendo da complexidade política colombiana, hesitei por algum tempo em trilhar os caminhos de uma pesquisa sobre este país tão próximo e tão distante de nós. Porém, seduzido pela literatura de García Márquez, e pela coragem com que esse povo tem enfrentado seus desafios históricos, entreguei-me aos fascinantes mistérios que envolvem toda a diversidade colombiana e em especial o mais antigo grupo guerrilheiro em atividade na América Latina, as FARC-EP.

Decidi pesquisar o cotidiano político da Colômbia procurando esclarecer a dinâmica dos conflitos que afligem o país e as condições de permanências de tais embates. Para tanto, procurei centrar minha análise sobre as negociações realizadas durante o governo do presidente Belisario Betancur (1982–1986), quando as FARC-EP puderam participar de forma mais concreta do processo político eleitoral colombiano por meio de seu braço legal, a União Patriótica (UP).

A escolha deste recorte se dá por uma tentativa de discutir a luta na Colômbia, evidenciando a primazia das confrontações políticas sobre as questões referentes à violação dos direitos humanos e do avanço do narcotráfico. Entendendo que a análise dos acontecimentos referentes aos problemas nas negociações entre governo e guerrilha, pode proporcionar uma maior compreensão sobre a situação de “vale-tudo” que ainda tem predominado na guerra colombiana.

Através de uma análise dos episódios relacionados com os acordos de paz, procurou-se entender como o choque entre o radicalismo dos guerrilheiros e a inflexibilidade dos

setores que controlam o poder econômico e político do país levou – e ainda tem levado – à crescente proliferação de facções paramilitares e grupos de extermínio.

O estudo sobre os documentos produzidos durante o processo de negociação, contribuíram, para desmistificar concepções ideológicas dos agentes envolvidos, permitindo a desconstrução de um discurso elaborado para desmoralizar o adversário – ponto extremamente comum em meio a predominância de fontes de cunho panfletário. O registro das imposições e concessões feitas tanto pelas guerrilhas, quanto pelo governo, revelam também, até que ponto cada um dos grupos envolvidos estavam dispostos ou não a efetivamente por um fim ao conflito.

Além disso, os obstáculos percebidos durante todo o processo de negociação que objetivou por fim ao conflito evidenciam a reprodução de um ciclo de violência que se agrava como consequência dos próprios combates, levando à radicalização dos agentes envolvidos e à eventual perda de credibilidade por parte do Estado colombiano – expressa no fracasso em prover serviços públicos básicos para seus cidadãos, e na sua ausência em vastas porções do território nacional. Assim, reconhecer a importância da frustrada experiência de pacificação empreendida por Betancur torna-se fator significativo para melhor compreender determinados aspectos da longa guerra colombiana. Até porque, a trégua naquele momento representou o primeiro episódio na história da Colômbia em que o governo discutiu a questão da violência com as guerrilhas levando em conta os fatores sócio-econômicos.

Ainda predomina entre o senso comum a idéia de que abordar os problemas referentes ao conflito colombiano é fundamentalmente discutir questões relacionadas ao narcotráfico. Porém, um dos objetivos deste trabalho é romper os preconceitos e revelar que, bem mais do que um pequeno país produtor de drogas, a Colômbia representa uma república detentora de imensas reservas naturais visadas pela ambição das grandes potências capitalistas internacionais; onde a permanente situação de disputa pela riqueza da terra tem resultado em condições graves de miséria ao povo.

O maior fator responsável pela violência na Colômbia tem sido a tensão social gerada pela concentração da riqueza em pouquíssimas mãos, alto índice de pobreza e corrupção

endêmica que, de acordo com dados compilados pela comissão de orçamento, consome cinco bilhões de pesos anualmente.

Ao contrário do que se pode supor, menos de 15 por cento dos assassinatos ocorridos na Colômbia estão diretamente relacionados aos combates entre exército, guerrilhas e paramilitares. A essência da violência que tem assolado as terras colombianas está ligada muito mais a problemas econômicos, desestruturação de famílias, desemprego, perda de valores morais e falta de perspectiva nas periferias das grandes cidades. Ainda assim, as autoridades locais e internacionais continuam a insistir na falácia de uma pacificação mediante projetos de intensificação bélica em toda a região amazônica.

Certamente não é fácil compreender a situação atual na Colômbia, devido a vários fatores em interação que costuram o pano de fundo do mais longo conflito interno em andamento no continente. A dinâmica dos conflitos colombianos revela-se complexa e algumas vezes contraditória. Se as últimas duas décadas foram marcadas por um crescimento ascendente da guerra, por outro lado, a partir de 1982, quando o então presidente Belisario Betancur iniciou uma série de acordos com os principais grupos guerrilheiros, um novo sentimento de esperança passou a florescer em todo o país. E mesmo com o fracasso das tentativas de negociação, desde então nenhum governante deixou de apresentar propostas de trégua aos grupos guerrilheiros atuantes.

Capítulo I

COLÔMBIA: ENTRE GUERRAS E GUERRILHAS

Na Colômbia, bem como em todo o continente latino-americano, a manipulação elitista ocorrida desde as guerras de independência configurou-se em uma excludente estrutura política e econômica que obstruiu os canais de transformação social, preservando os interesses dos grupos minoritários, que substituíram a metrópole espanhola na direção do Estado. Criou-se, dessa forma, uma nova “classe política” determinada a conseguir benefícios em detrimento do bem estar do restante da sociedade. Contudo, as divergências existentes dentro da própria oligarquia nacional fizeram com que a Colômbia, desde o início do período republicano, fosse palco de constantes embates entre os que favorecem a descentralização dos poderes e os que praticam o centralismo em torno do governo federal. Essa disputa oligárquica, marcada pela tradicional rivalidade entre os partidos Liberal e Conservador, somente no século XIX provocou oito guerras gerais, catorze guerras locais, três golpes de Estado, além da Guerra dos Mil Dias, que sozinha deixou um saldo aproximado de 80 mil mortos¹.

Ao longo do século XX os conflitos colombianos foram adquirindo uma nova dinâmica que passou a transcender os problemas da simples rivalidade entre os partidários dos grupos elitistas. Surgem nesse período, como resposta aos vários graus de violência

¹ LEITE, Iara. **Colômbia: Impasse no processo de paz**. Artigo publicado no Jornal do Brasil (26/06/2005)

produzidos por aqueles que transitam nas esferas do poder, novos movimentos de insurreição armada.

O ambiente que proporciona o desenvolvimento das guerrilhas colombianas começa a ser desenhado a partir de 1948, quando o esquerdista Jorge Eliecer Gaitán² – tido como única liderança capaz de romper o domínio do bipartidarismo oligárquico – foi brutalmente assassinado durante sua campanha a Presidência da República. As circunstâncias do crime nunca foram devidamente esclarecidas, uma vez que Juan Roa Sierra, tido como culpado, foi convenientemente abatido no local, e nenhuma prova se conseguiu levantar contra seus mandantes.³ Contudo, as suspeitas recaídas tanto contra liberais quanto contra

² Advogado de origem pobre e líder do maior movimento de massas da história da Colômbia, Jorge Eliecer Gaitán, ganhou notoriedade denunciando a corrupção do governo e atrocidades cometidas pelo exército contra trabalhadores da Zona Bananeira. Opondo-se tanto às oligarquias do Partido Conservador quanto a seus próprios companheiros do Partido Liberal, tentou abrir uma dissidência e fundar uma nova agremiação política, a União Nacional da Esquerda Revolucionária (UNIR), experiência que não deu certo. De volta ao Partido Liberal, foi prefeito de Bogotá, ministro da Educação, e candidato a presidente da República, com uma plataforma antioligárquica que teve amplo apoio popular. (MARQUES, Gabriel Garcia. **Viver para Contar**. \ tradução Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.271)

³ Ainda hoje o crime que vitimou Gaitán permanece sem ser esclarecido. Em 2001, foram tornados públicos os primeiros documentos, até então secretos, da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, mas ainda falta conseguir o acesso aos arquivos da CIA para se compreender o que de fato ocorreu. Segundo as declarações do então diretor da CIA, Roscoe Hillenkoetter, Juan Sierra matou Gaitán por mera vingança familiar, revoltado porque o político demitira seu tio. Além de variadas explicações de âmbito doméstico e a insinuação da embaixada americana de que se tratara de uma obra dos comunistas interessados em criar agitação popular, há duas hipóteses mais consistentes: a primeira, de que os mandantes foram conservadores sob o comando do presidente Ospina, a fim de impedir a inevitável eleição de Gaitán a presidência; a segunda, de que o mandante foi a própria CIA, temente de que a consciência de classes semeada pelo Gaitanismo na população mais pobre levasse ao fortalecimento do comunismo na Colômbia. (PANNUNZIO, Fábio. **A Última Trincheira**. Rio de Janeiro: Record, 2001.)

conservadores, inicialmente fizeram eclodir uma ampla revolta nas ruas da capital (o famigerado Bogotazo), que se espalhou por todo o país como um rastilho de pólvora.

A guerra civil que se seguiu – conhecida como “La Violência” – durante dez anos se alastrou pelo interior de toda a Colômbia, semeando um clima de rivalidade tamanho que, fazer parte de uma das correntes políticas, ou simplesmente ser identificado com elas passou a representar motivo para assassinatos.

“A violência começou como um enfrentamento entre liberais e conservadores, mas a dinâmica do ódio de classes foi acentuando cada vez mais o caráter de luta social. (...) Primeiro foi a maré humana incontida nas ruas da capital, o espontâneo bogotazo, e em seguida a violência derivou para o campo, onde há tempos, os bandos organizados pelos conservadores já vinham semeando o terror. O ódio longamente mastigado pelos camponeses explodiu e, enquanto o governo enviava policiais e soldados para cortar testículos, abrir ventre de mulheres grávidas ou jogar crianças para o ar para espetá-las na ponta da baioneta, sob a palavra de ordem de “não deixar nem semente”, os doutores do Partido Liberal recolhiam-se em suas casas sem alterar seus bons modos nem o tom cavalheiresco de seus manifestos ou, no pior dos casos, viajavam para o exílio. Foram os camponeses que forneceram os mortos. A guerra alcançou extremos de incrível crueldade, impulsionada por um desejo de vingança que crescia com a própria guerra. Surgiram novos estilos de morte: no “corte gravata”, a língua ficava pendendo por um buraco no pescoço. Sucediavam-se as violações, os incêndios, os saques; os homens eram esquartejados ou queimados vivos, escalpeados ou cortados lentamente em pedaços; os rios ficavam tingidos de vermelho; os bandoleiros outorgavam a permissão de viver, em troca de tributos em dinheiro ou

*carregamentos de café, e as forças repressivas expulsavam e perseguiram inúmeras famílias que corriam para as montanhas em busca de refúgio (...)*⁴

A princípio o Partido Comunista Colombiano não se propôs a assumir a direção das lutas; favorecendo a incorporação e o predomínio de dissidentes liberais nas manifestações espontâneas de guerrilha. Contudo, a partir de 1952 os comunistas começam a apresentar atuações mais destacadas na organização militar das massas, conseguindo inclusive o controle de vários distritos rurais no interior do país e nas montanhas. Fazendo com que a crescente migração de trabalhadores rurais para estas regiões conduzisse à criação de zonas organizadas sob a égide do movimento camponês: Marquetalia, Riochiquito, El Pato, Guayabero e outros que – com os antigos movimentos rurais de Tenquedama e de Sumapaz – seriam mais tarde designados pelo regime como “repúblicas independentes”.

*“Os camponeses, que se armaram por ordem do (ou para enfrentar o) patronato liberal e conservador, entenderam rapidamente que podiam atirar em qualquer direção, até mesmo contra seu antigo senhorio”*⁵

Muitas foram as tentativas do governo para conter o avanço dos movimentos armados nesse período. Primeiro, em 1951, com o presidente Osprina Pérez, que decretou estado de sítio, fechando o cerco às organizações comunistas e também às de vinculação liberal. Dois

⁴ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**; tradução de Galeano de Freitas, 7ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.115.

⁵ PANNUNZIO, Fábio. **A Última Trincheira**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 150.

anos mais tarde, quando o General Rojas Pinilla⁶ assumiu a presidência mediante um golpe de Estado, estabeleceu-se um discurso conciliatório para as elites, o que incluiu promessas de anistia a guerrilheiros que se comprometessem a depor armas. Uma estratégia que acabou enfraquecendo os grupos armados, desmobilizando principalmente as guerrilhas de influência liberal, e permitindo ao governo promover uma contra-ofensiva que quase levou à estagnação dos movimentos guerrilheiros.

Após longos anos de duros enfrentamentos, em 1957, os líderes políticos dos Partido Liberal e Conservador negociaram uma coalizão que pôs fim a ditadura militar, e constituíram um pacto de pacificação oligárquica que ficou conhecido mais tarde como Frente Nacional⁷, estabelecendo a alternância dos partidos no governo a cada quatro anos por um período de 16 anos, e na paridade administrativa por 20 anos. A partir desse acordo começaram a desaparecer as diferenças ideológicas entre liberais e conservadores, ficando somente a diferença de coloração. Fechava-se assim o caminho para outras opções políticas, o que acabou se refletindo nos índices cada vez menores de participação eleitoral em todo o país. Segundo Galeano,

⁶ Rojas Pinilla congrega-se entre os mais enigmáticos governantes colombianos; ao iniciar seu mandato promove um breve período de tímidas reformas democráticas e populistas, mas logo endurece sua política expandindo o poder das forças armadas e restringindo as liberdades civis; mesmo tentando conciliar o apoio de liberais e conservadores distribuindo cadeiras na Assembléia Legislativa, acaba sendo deposto por um sangrento golpe de Estado. (PANNUNZIO, Fábio. *A Última Trincheira*. Rio de Janeiro: Record, 2001.)

⁷ A Frente Nacional foi estabelecida a partir do chamado “Acordo de San Carlos” firmado pelos dois partidos com base na aliança entre Laureano Gómez – o ex-presidente conservador exilado na Espanha – e Lleras Camargo, um emergente líder liberal.

*“as chamadas “repúblicas independentes” continuaram oferecendo refúgio aos perseguidos depois que os conservadores e liberais assinaram em Madri, o pacto de Paz. Os dirigentes de ambos os partidos, num clima de brindes e pompas, resolveram alternar-se sucessivamente no poder, no altar da concórdia nacional; e começaram, já de comum acordo, a faina de “limpeza” contra os focos de perturbação do sistema.”*⁸

Se a derrubada da ditadura militar representou o fim das disputas no seio da oligarquia, permitiu-se por outro lado, a intensificação dos combates aos grupos que permaneceram na ilegalidade. Nesse momento, o Partido Comunista Colombiano procurou contornar a situação de refluxo que se estabeleceu e impedir o isolamento do movimento armado, transformando seus destacamentos de guerrilha em grupos de autodefesa⁹ ligados a organização agrária das “repúblicas independentes”.

Os núcleos de autodefesa constituídos buscavam vigiar e defender suas zonas dos ataques de grupos de jagunços a serviço dos latifundiários. Em suas áreas de influência defendiam acampamentos camponeses, repartindo terras entre seus habitantes, e criando mecanismos de trabalho coletivo e de ajuda para a exploração individual de parcelas. A estruturação administrativa e a aplicação da justiça do movimento eram estabelecidas por decisão coletiva nas assembléias da população, transformando essas zonas em regiões onde

⁸ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**; tradução de Galeano de Freitas, 7ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.116.

⁹ O termo autodefesa posteriormente foi assumido por grupos de direita para designar suas brigadas paramilitares, as AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia), também conhecidas como os temidos esquadrões da morte.

predominava uma nova mentalidade, com propostas sociais e políticas diferentes das oferecidas pelo regime.

Frente a isso, o governo colombiano, apoiado pelos Estados Unidos da América, procurou reprimir as iniciativas camponesas através do Plano LASO¹⁰; cujo episódio de maior representação simbólica foi sem dúvida a famigerada Operação Marquetalia, considerada pelos guerrilheiros como o marco inaugural de atuação das FARC. Na opinião de Juan Leonel, um dos líderes deste movimento,

“nas montanhas de Marquetalia foi uma Assembléia de todos os moradores da região a que tomou a decisão de responder com guerra de guerrilhas móveis a agressão militar do governo do senhor Guillermo León Valencia e dos Estados Unidos de América do Norte. Nessa Assembléia foi aprovado que 46 homens e duas mulheres assumiriam a heróica missão de enfrentar 16.000 soldados do Exército, treinados, assessorados, armados, financiados e dirigidos pelos Estados Unidos de América do Norte através do Plano Latin American Security Operation (LASO). Os guerrilheiros e os camponeses foram vítimas até da guerra bacteriológica. O pequeno grupo de valentes se converteu na célula mãe do que hoje existe na Colômbia: O Exército Guerrilheiro Revolucionário maior deste Hemisfério e até do Mundo”¹¹.

Organizado com o objetivo declarado de recuperar para o Estado a remota região de Marquetalia, localizada entre o sul de Tolima e o norte de Huila, o conflito caracterizou-se como um dos mais controversos da história colombiana.

¹⁰ Plano LASO (Latin-America Security Operation), que segundo denúncias vinculadas em jornais de oposição estabeleceu o uso sistemático de bombardeios norte-americanos com armas bacteriológicas e bombas napalm.

¹¹ Entrevista concedida ao autor via correspondências por Juan Leonel, membro do alto comando das FARC.

Até então a região de Marquetalia nem aparecia nos mapas da Colômbia, porém militarmente acabou sendo considerada como o último reduto da violência e do bandoleirismo que se havia de aniquilar. Uma visão que contrastava muito com o que os camponeses tinham de si mesmos como guerrilheiros desmobilizados, refugiados desde o governo de Rojas Pinilla, e dedicados a pacíficas tarefas comunitárias. A operação apresentada pelo exército como uma intervenção de caráter cívico-militar, era denunciada pelo núcleo de autodefesa camponesa como uma agressão exclusivamente bélica.

A magnitude da operação era por si mesmo memorável, pois além do próprio alarde das tropas repressivas que se mobilizavam pelo temor de uma segunda Sierra Maestra, assumiu também uma auréola de mística à resistência. Mas o que lhe suscitou a solidariedade de organizações e personalidades mundialmente famosas, como Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir, foi precisamente a disparidade de forças entre as tropas oficiais e os rebeldes¹². Segundo um relato fariano, tratava-se tão somente de um punhado de 48 heróicos combatentes mal armados, dirigidos por Manuel Marulanda Vélez¹³.

¹² Existem controvérsias quanto ao número de combatentes dos dois lados: as FARC apresentam a cifra de 16 mil soldados agressores, enquanto militares do governo estabeleceram um Máximo de 2 mil defensores da legitimidade. Por outro lado, enquanto a resistência as FARC consagram a heróica cifra de 48 combatentes, os generais encarregados da operação dizem que o número aproximava-se de 250, alegando que se tratavam na realidade de umas 40 casas de família com uma quantidade média de 6 a 8 membros aptos ao combate.

¹³ Manuel Marulanda Vélez, codinome adotado por Pedro Antônio Marin para homenagear um dirigente operário assassinado em Bogotá; conhecido por sua pontaria como Tirofijo, Marulanda consagrou-se como o principal líder da história das FARC; teve sua morte anunciada pelos seus inimigos pelo menos quarenta vezes, mas sempre insiste em reaparecer vivo nas montanhas comandando a lendária guerrilha comunista.

Após o início dos ataques, transcorreram apenas algumas semanas para que a imprensa anunciasse a tomada de Marquetalia por parte do exército, situação que proporcionou a realização de uma série de atos simbólicos pelo governo: houve o hasteamento da bandeira em sinal de recuperação da soberania nacional ameaçada; a realização de uma missa como reafirmação dos valores tradicionais; e até mesmo a proposta de se trocar o nome da região para o de Vila Susana, como homenagem a falecida primeira-dama da nação, com a pretensão consciente ou inconsciente de levar às gerações futuras a idéia de que Marquetalia não havia existido. Contudo, o feito dos 48 combatentes que conseguiram romper o cerco militar sem sofrer nenhuma baixa, já havia consagrado um certo tom de vitória aos rebeldes insurgentes.

O movimento comunista clandestino logo voltou a se organizar em armas, e dois anos após o episódio de Marquetalia, em janeiro de 1966, o X Congresso do Partido Comunista Colombiano, revalorizando a simbólica resistência rebelde, decidiu proclamar a experiência marquetaliana como o mais evidente resultado da maturidade das lutas camponesas na Colômbia.

“O fato mais importante dos últimos tempos na Colômbia, aquele que constitui uma mudança qualitativa, é o aparecimento do movimento camponês de guerrilhas numa etapa nova e superior da luta revolucionária(...). O movimento de guerrilhas tem agora um conteúdo revolucionário e antiimperialista consciente, um caráter de libertação nacional, e propõe-se como objetivo a tomada do Poder pelas forças populares e patrióticas para realizar as transformações revolucionárias que exige a crise de estrutura.”¹⁴

¹⁴ Esboço Histórico das FARC-EP; Cap. 1, p. 24.

Foi em virtude desta apreciação que o X Congresso decidiu reestruturar um aparelho armado popular, formando as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – com os destacamentos de guerrilha nascidos a partir de Marquetalia.

O caso fariano não representou o único modelo de oposição armada na Colômbia. Nesse mesmo período, a partir das condições políticas internas e do próprio contexto internacional – como influência da Revolução Cubana e também da Guerra Fria – surgem outros movimentos armados no país, como o ELN (Exército de Libertação Nacional, 1965); o EPL (Exército Popular de Libertação, 1966) e o M-19 (Movimento 19 de abril, constituído como núcleo de guerrilha urbana durante a década de 70).

Mesmo com o desaparecimento de algumas destas facções e a incorporação de outras ao plano da política institucional, atualmente há mais de 60 grupos de guerrilhas agindo em território colombiano. Cada um deles tem uma estratégia militar própria, e poucos são os que dialogam entre si. A maioria age como se os demais não existissem. Ao mesmo tempo, quase todos têm como paradigma a tomada do poder e a instauração de uma república socialista¹⁵.

A guerrilha das FARC e seus caminhos de luta

Mesmo contando com quadros atuantes nas principais cidades do país, a guerrilha fariana sempre concentrou sua força de combate no campo. Muito mais do que o simples reflexo de uma opção de estratégia militar, essa posição relaciona-se ao próprio processo

¹⁵ A divisão do bloco socialista entre russos e chineses, durante a Guerra Fria, reproduzida pelas células esquerdistas do mundo todo, contribuiu para uma fragmentação ainda maior dos núcleos de guerrilhas colombianos, colocando em lados opostos as FARC (pró-soviéticos) e o ELN, que até hoje não se entendem. Vitor Gomes Pinto, em seu livro “Guerra nos Andes” chega a analisar um número significativo de baixas militares causadas por conflitos entre grupos guerrilheiros divergentes.

histórico de formação e atuação das FARC, que se iniciou como um movimento de contestação política e cresceu como força revolucionária de luta pela terra.

Nos anos posteriores ao Bogotazo, ainda de forma espontânea, a guerrilha comunista havia se consolidado e se fortalecido justamente em zonas que na década de 30 tiveram papel protagônico nas lutas agrárias, localizadas geograficamente ao sul do departamento (Estado) de Tolima e Sumapaz, em Cudinamarca. Então, ao sabor dos acontecimentos, os antigos líderes das ligas camponesas se transformaram em dirigentes de núcleos de autodefesas, com objetivos essencialmente agrários e uma visão militar restrita que a princípio não ultrapassava os limites de suas zonas. Contudo, a agressão militar oligárquico-imperialista, empreendida durante a Operação Marquetalia contra as comunidades rurais, favoreceu uma reavaliação sobre as estruturas e estratégias dos movimentos camponeses, inspirados na ideologia marxista-leninista e no pensamento bolivariano. Nas palavras de seus próprios líderes,

"somos uma organização marxista-leninista que se cruza também com o pensamento bolivariano e nunca o negamos [...] Propomos um governo de reconciliação e reconstrução nacional. Trata-se de um projeto em que todos devemos participar. Obviamente, para além da reconciliação nacional, e como objetivo fundamental, está a construção do socialismo na Colômbia" ¹⁶.

O projeto de luta das FARC passou a se fundamentar, desde sua fundação, no Programa Agrário dos Guerrilheiros, documento aprovado em 20 de Julho de 1964 em plena gestão heróica de Marquetalia – estudado e atualizado nas oito Conferências Nacionais da organização e convertido em guia principal de educação, propaganda e organização para a ação política e militar. Os membros da guerrilha fariana definem nele com clareza a sua concepção ideológica e política quanto aos seus objetivos, a médio e

¹⁶ Entrevista do Comandante Ricardo, Membro do Estado-Maior das FARC-EP. Revista Tricontinental; v.148; 2001.

longo prazos, para a tomada absoluta do poder e a conseqüente construção de uma sociedade socialista na Colômbia.

[...] Lutamos por uma política agrária que entregue a terra dos latifúndios aos camponeses; assim, a partir de hoje, 20 de Julho de 1964, somos um exército guerrilheiro que luta pelo seguinte Programa Agrário:

PRIMEIRO: A política agrária de mentiras da oligarquia, opomos uma política agrária revolucionária e eficaz, que transforme de raiz a estrutura social das zonas rurais colombianas, entregando de forma completamente gratuita a terra aos camponeses que a trabalham ou queiram trabalhar, através da confiscação da propriedade latifundiária em benefício de todo o povo trabalhador.

A política agrária revolucionária fornecerá aos camponeses que dela desfrutem a ajuda técnica e as infra-estruturas, ferramentas e animais de labor necessários para a devida exploração econômica da terra. A política agrária revolucionária é condição indispensável para elevar verticalmente o nível de vida material e cultural de todo o campesinato; livrá-lo do desemprego, da fome, do analfabetismo e das enfermidades endêmicas que limitam a sua capacidade de trabalho; liquidar as peias do sistema latifundiário e fomentar o desenvolvimento da produção agropecuária e industrial do país. A política agrária revolucionária confiscará as terras ocupadas por empresas imperialistas norte-americanas seja a que título for e seja qual for a atividade a que se dediquem.

SEGUNDO: [...] Serão suprimidos todo o tipo de exploração antiquada da terra, os sistemas de parceria, o arrendamento em troca de espécies ou dinheiro.[...] Serão anuladas todas as dívidas dos camponeses para com os usurários, os especuladores e as instituições oficiais e semi-oficiais de crédito.

TERCEIRO: [...] As grandes explorações agropecuárias, que por razões de ordem social e econômica devam ser conservadas, destinar-se-ão ao desenvolvimento planejado de todo o povo.

QUARTO: [...] Serão organizados serviços suficientes de saneamento, a fim de atender a todos os problemas de saúde pública nos campos. Será dada atenção ao problema da educação dos camponeses e à total erradicação do analfabetismo [...]. Será desenvolvido um vasto plano de habitação rural, e serão construídas vias de comunicação entre os centros rurais produtivos e os centros de consumo.

QUINTO: Serão garantidos preços básicos remunerativos e de apoio para os produtos agropecuários.

SEXTO: As comunidades indígenas serão protegidas, sendo-lhes concedidas terras suficientes para o seu desenvolvimento e sendo-lhes devolvidas as terras que os latifundiários lhes tenham usurpado, [...]. Será estabilizada a organização autônoma das comunidades, respeitando os seus Cabildos (conselhos de vizinhos), a sua vida, a sua cultura, a sua língua própria e a sua organização interna.

SÉTIMO: A realização deste Programa Agrário Revolucionário dependerá da aliança operária-camponesa e da frente unida de todos os colombianos na luta pela mudança de regime, única garantia para a destruição da velha estrutura latifundiária da Colômbia. A realização desta política apoiar-se-á nas mais amplas massas camponesas, as quais contribuirão decididamente para a destruição do latifúndio. Para o efeito, organizar-se-ão poderosas uniões camponesas de luta, sindicatos fortes, comitês de utentes e juntas comunais.

OITAVO: As FARC-EP promulgarão, no devido momento, a primeira lei da política agrária revolucionária. Assim, convidamos os camponeses, operários, empregados, estudantes, artesãos, pequenos industriais e comerciantes, assim como a burguesia nacional que esteja disposta a combater contra o imperialismo,[...] para a grande luta revolucionária e patriótica por uma Colômbia para os colombianos, pelo triunfo da revolução e por um governo democrático de libertação nacional.¹⁷

¹⁷ Esboço Histórico das FARC-EP; Cap. IV.

As discussões sobre o desenvolvimento da guerrilha comunista na Colômbia, desde a resistência marquetaliana até a formação e amadurecimento das FARC, têm entre suas principais fontes de registro os documentos relativos às primeiras Conferências Nacionais organizadas por esse movimento. Nesses registros, evidencia-se de maneira clara os planos de ações militar e política, fixados em 1965, como prioritários para a subsistência do grupo remanescente de Marquetalia, ainda denominado como Bloco-Sul. É esse mesmo grupo que a partir de 1966, ano da segunda conferência, se transforma em FARC, instituindo pela primeira vez um regulamento interno que incluiu aspectos estatutários de regime disciplinar e normas de Comando.

Como consequência das determinações da segunda conferência saíram vários destacamentos para atuarem em diversos lugares do país. Entretanto, ainda não se fazia a distribuição da força militar em áreas determinadas ou por departamento, conforme uma concepção estratégica de Frente Guerrilheira. Seguia-se uma tática aproximada de uma concepção operacional, uma distribuição da força guerrilheira para operar na guerra de guerrilhas móveis, em amplas áreas de operação militar. Levando a uma certa dispersão no campo estratégico.

Sem uma condução determinada, os destacamentos farianos passaram a apresentar desenvolvimentos distintos. Enquanto o grupo comandado por Marulanda e Jacobo Arenas conseguiu um considerável crescimento na área de El Pato, no departamento de Caquetá; outros destacamentos, concentrados no departamento de Quindío, passaram por equívocos estratégicos, que os levaram a perder uma grande quantidade de homens e cerca de 70% das armas.¹⁸

¹⁸ *Ibidem*, p.25.

A quase estagnação das forças guerrilheiras que se seguiu levou a realização de novas conferências nacionais, com o objetivo de efetuar um balanço geral dos acontecimentos e estabelecer novos planos de luta, transformações essas somente consolidadas a partir da reformulação do Estado Maior e de todo o comando das FARC.

Até a década de 1970, a influência política do movimento guerrilheiro era relativamente pequena. Contudo, a partir da agudização da crise econômica nesse período, as FARC, apoiadas pela política soviética, encabeçam uma série de revoltas camponesas. Isso, dá um novo fôlego ao movimento guerrilheiro, que passou a contar com um planejamento muito mais ambicioso, determinando um rígido critério sobre a organização da Frente Guerrilheira, o que possibilitou a expansão do movimento em todos os sentidos.

A sexta conferência, reorganizou a estrutura hierárquica e produziu as diretrizes gerais de um plano nacional militar, que logo o Secretariado concretizou em planos para cada uma das Frentes e sob a responsabilidade dos Estados Maiores, em conformidade com as suas áreas e com a importância estratégica de cada setor, visando representá-la na prática operacional e tática dentro do contexto geral do plano nacional, que não é conhecido na sua totalidade exceto pelo Secretariado.

Em 1982 – coincidentemente o mesmo ano em que se inicia o governo do presidente Belisario Betancur – as FARC realizam sua sétima conferência, a partir da qual se estabelecem pontos fundamentais para a definição de novas concepções operacionais e táticas do movimento; discutindo indícios de uma nova situação revolucionária no país.

“ Nunca foi dito que a Colômbia vivia uma situação revolucionária, mas que tudo de novo que se encontrou no processo, qualifica de uma maneira que não era conhecida antes, a luta de classes, que nesse momento assumia um caráter político, quer dizer, aponta elementos, ingredientes novos, mudanças qualitativas,

*que dão a luta geral um caráter eminentemente político, e como os problemas fundamentais do povo não haviam sido resolvidos, nem pode resolvê-los o regime atual, as massas populares se levantam para a luta, que é a encarnação da luta de classes, das contradições que se dão no seio da sociedade. Estes elementos, analisados com profundidade, como se diz, na sua totalidade, em sua relação, na contradição que se apresenta como luta de perfis novos, é o que concretamente na concepção política foi chamado de indícios de uma situação revolucionária.*¹⁹

A Sétima Conferência produziu outra importantíssima concepção, agora de caráter militar, que transformou as FARC em movimento guerrilheiro autenticamente ofensivo, o que fez com que os guerrilheiros não mais ficassem a espera dos inimigos para emboscá-los, mas que fossem atrás deles para localizá-los, assediá-los e surpreendê-los, e se esses mudassem seus modos de operar, o guerrilheiro deveria atacá-los em comandos móveis.

Esta mudança na estratégia militar fez com que as FARC, pela primeira vez desde o seu surgimento, se posicionasse em novos mecanismos de direção e combate; levando os integrantes desse movimento guerrilheiro a se declararem como Exército do Povo.

Os resultados das transformações pelas quais o movimento guerrilheiro passou a partir de sua Sétima Conferência ampliou sua eficiência de combate, refletindo-se em pouco tempo no rápido crescimento do número de guerrilheiros.

¹⁹ *Ibidem*, p.27.

Recrutamento e narcotráfico: as FARC e suas polêmicas práticas de combates

As questões referentes ao recrutamento de quadros guerrilheiros, bem como todos os outros pontos que envolvem discussões sobre a estrutura de guerra e a organização tática fariana, são repletos de polêmicas e discordâncias conseqüentes de uma situação de disputa ideológica e propaganda entre governo e guerrilha. São freqüentes as alegações de que o recrutamento de novos quadros se dá de forma compulsória²⁰, através de seqüestros e ameaças contra a população mais humilde (inclusive menores de idade)²¹. As FARC negam com veemência tais acusações, dizendo que mulheres e homens dos mais diversos setores sociais ingressam nas suas fileiras voluntariamente e por tempo indefinido, apenas pelo compromisso com a luta revolucionária, sem ganhar qualquer salário.

Aqueles que divergem dos posicionamentos das FARC afirmam que os que ingressam estão vendendo a alma ao diabo.²² Certamente, quando um voluntário se apresenta, não está propriamente começando um emprego novo – vá lá, uma carreira nova. Está fazendo um compromisso de vida. O novo combatente é logo avisado: está ali para viver e morrer pela Revolução; e a morte dificilmente chegará por causas naturais.²³

²⁰ Um grande número das denúncias de recrutamento compulsório é feito por famílias indignadas com a opção de seus filhos o que, a rigor, representam formas de alistamento voluntário dos indivíduos.

²¹ Estimativas de organismos internacionais e do Unicef se referem a um número de 6 mil menores combatendo ao lado dos paramilitares de direita e dos guerrilheiros, dos quais pelo menos 10% morrem a cada ano para serem substituídos com facilidade por novos recrutas compulsórios. Uma menina de 13 anos, capturada com um fuzil maior que ela chegou a afirmar: “eu vivia em Mesetas e um dia chegaram uns senhores que mandam por lá e me disseram que tinha de lutar contra a burocracia. Não sei o que é burocracia, mas em três dias me ensinaram a manejar armas”.

²² MARQUES, Gabriel Garcia. *Viver para Contar*. \ tradução Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2003.

²³ PANNUNZIO, Fábio. *A Última Trincheira*. Rio de Janeiro; Record, 2001.

Uma vez engajado às FARC, o combatente possui apenas uma opção em sua vida: permanecer na luta. Se houver arrependimento, azar do arrependido. Mas não é difícil entender o motivo de não haver desligamento de guerrilheiros. Cada combatente, mesmo que não possua muita importância na hierarquia, carrega consigo muitos segredos militares. Por mais novo que seja, o voluntário terá passado pela doutrinação, conhecerá a logística, tornando-se material valioso nas mãos do inimigo. Capturado ou cooptado por paramilitares, será torturado, terá sua família maltratada e, invariavelmente morrerá.

Muito além do simples engajamento ideológico, um dos fatores que mais contribui na adesão de indivíduos aos grupos em conflito é a miséria e a insegurança, responsável por uma ampla onda migratória de famílias que precisam abandonar suas terras e posses para fugir da morte.

As estatísticas são imprecisas, mas de acordo com a unidade regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), ao final de 2000 cerca de 525 mil pessoas – a maioria mulheres e crianças – forçadas a abandonar suas casas e ocupações em função da guerra colombiana, requeriam atenção urgente, necessitando de alimentos, roupas, moradia, cuidados de saúde, educação e renda. Segundo a agência da ONU os motivos que levaram as pessoas a abandonar tudo eram: ameaças em 34% dos casos, medo em 18%, assassinatos de parentes e amigos em 14%, enfrentamentos armados constantes em 10% e massacre em 9%, sendo que este último fator é o que mais tem crescido em representatividade.

O desenvolvimento de uma análise mais rigorosa sobre o processo de crescimento das FARC, revela que esta, mesmo que indiretamente, se nutre do produto da miséria colombiana. Especialmente com relação ao problema da disseminação de cultivos ilegais entre as populações mais pobres.

Segundo fontes ligadas ao governo, uma grande parte dos recursos da guerrilha é proveniente de negócios relacionados ao narcotráfico. Alega-se que usualmente são

cobradas taxas sobre a entrada de insumos para a produção da droga, proteção dos cultivos, segundo a sua extensão, e das pistas de pouso e decolagem de pequenos aviões, percentual sobre as quantidades produzidas e direitos sobre o transporte. É freqüente também a troca de mercadorias, possibilitando o acesso a armas pesadas.

Pesquisadores independentes geralmente encontram dificuldades de precisar até que ponto a guerrilha fariana pode estar ligada ao narcotráfico; mas geralmente atribuem a duas fontes uma parte do financiamento dos grupos rebeldes: uma é o “retén”, ou retenção de carros e caminhonetes num bloqueio feito, quase sempre, nas estradas próximas às cidades (por vezes dentro dos núcleos urbanos de médio e pequeno porte), pelo qual só é possível passar depois de pagar um pedágio à guerrilha; outra é a “vacina”, um imposto mensal pago por comerciantes, fazendeiros, empresários, para evitar represálias dos próprios guerrilheiros. De acordo com a versão dos integrantes das FARC,

“governos anteriores aprovaram uma lei que nomearam “Imposto para a guerra” na qual toda pessoa com capital a partir de 80 milhões de pesos deve contribuir para a guerra. Então, nas FARC aprovamos duas leis. Uma, estabelecendo um “Imposto para a Paz” indicando que toda pessoa com capital a partir de um milhão de dólares deve aportar às arcas das FARC 10% sobre o montante do capital e, se a pessoa tenta, sonegar, a porcentagem pode ser aumentada. A outra é a lei “Anti-corrupção”, segundo a qual a pessoa que pegue indevidamente recursos do erário público será chamada a prestar contas e obrigada a fazer o reembolso do dinheiro. Se não cumpre o estipulado na lei, poderá ser privada da liberdade até que pague.

Recebemos ainda apoio de caráter voluntário de pequenos e médios empresários, comerciantes, fazendeiros, assim como doações de pessoas de poucos recursos. Essas últimas têm para nós significado especial. Também produzimos, pois as guerrilheiras e guerrilheiros logo após estar na linha de fogo, passam a estudar e

trabalhar a terra por determinado tempo. Ou seja, temos planos de produção para a auto-sustentação ²⁴.

As FARC-EP admitem, ainda, que cobram uma taxa de 5% sobre a droga que sai da Colômbia para comprar armas, porém afirmam não ter qualquer outro vínculo com os narcotraficantes. Por princípio e por ética são contrários ao narcotráfico por entender que ele é incompatível com a democracia e a cidadania, pois gera corrupção, impunidade e criminalidade. Denunciam as políticas anti-drogas do governo que afetam os pequenos cultivadores de folha de coca, os quais são expulsos de suas terras e perdem seus poucos bens. O alto comando da guerrilha alega que a repressão é dirigida a essas maiorias camponesas, que estão longe de serem narcotraficantes e somente subsistem com atividades relacionadas à droga porque são forçados pelas circunstâncias; pois de outra forma não teriam como ganhar um mínimo para o seu sustento²⁵. Nesse sentido, os camponeses se organizam apenas em defesa das suas vidas e não em defesa da coca. Sendo os verdadeiros narcotraficantes milionários, devido aos altos lucros com a venda do produto final do refino da coca, que formam redes de proteção onde se permite continuar seus negócios sem interferências do governo, pois são eles que financiam as campanhas eleitorais colombianas.

Em todos os documentos em que a guerrilha fariana se exprime sobre o tema do narcotráfico, o comércio de drogas ilícitas é considerado como um grave flagelo para a Colômbia e para o mundo. Problema cuja resolução definitiva é debatida na proposta para um governo de reconstrução e reconciliação nacional, onde as FARC-EP dedicam um ponto a este tema:

²⁴ Entrevista concedida pelo Comandante Raul Reyes ao jornalista Hugo Marques, do Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil.

"[...] É necessário repetir que as FARC-EP não participam, não negociam, não têm quaisquer relações com o tráfico de droga e que o recusam por uma questão de princípios éticos, porque é incompatível com a democracia e a convivência cidadã e porque gera corrupção, impunidade, criminalidade, decomposição social, entre outras coisas, afetando principalmente os jovens do mundo. As afirmações contrárias fazem parte, na maioria dos casos, do coro de calúnias destinadas a tirar legitimidade à nossa justa luta e, noutros casos, embora menos, da grande desinformação, produto da manipulação da informação por parte dos grandes meios de comunicação impulsionadores dessa campanha, em defesa lógica dos interesses dos seus proprietários. O que os incomoda é o fato de não servirmos de polícias rurais em defesa da sua falsa e hipócrita política anti-droga e de não atropelarmos os cultivadores de produtos ilícitos, acabando com eles e com os seus escassos bens. Não alinhamos no jogo duplo de, a pretexto da luta anti-droga, reprimir os setores populares e criminalizar os seus protestos, lucrando simultaneamente com os imensos benefícios desse negócio, financiando campanhas eleitorais e promovendo as indústrias e centros financeiros.[...]

[...] Estamos absolutamente dispostos a travar batalha contra o tráfico de droga e suas conseqüências, com base em propostas viáveis que beneficiem as maiorias nacionais e os setores populares, pondo a tônica nos aspectos sociais, econômicos e políticos, e não na repressão dirigida a estas maiorias e a estes setores populares, que estão longe de serem traficantes de droga e que apenas subsistem de atividades relacionadas com as drogas, obrigados pelas circunstâncias, pois não podem fazer de outro modo, enquanto que os verdadeiros traficantes, os que obtêm lucros imensos, estão tranquilos porque desenvolveram a poder de dinheiro e corrupção as suas redes de proteção.[...]

²⁵ Entrevista concedida pelo comandante Ricardo González, do Estado Maior Central das FARC-EP, ao jornalista Miguel Urbano Rodrigues

[...] Os camponeses organizaram-se em defesa das suas vidas, não em defesa da coca. A solução colocada aos governos, em especial no caso colombiano — em que o consumo ancestral ligado às culturas indígenas é irrelevante —, é a substituição de culturas e a possibilidade de explorar outros produtos agrícolas, com verdadeiras garantias políticas, econômicas e de comercialização para produzir nas suas regiões bens de consumo diversificados, provenientes do setor agrícola, passando obrigatoriamente pela criação das infra-estruturas necessárias, que não são extraordinárias, mas que são indispensáveis para a vida de um povo.[...]

[...] É com o narcotráfico que se justificam as intervenções abertas e descaradas, retrocedendo a formas coloniais supostamente ultrapassadas, que vão desde invasões — caso do Panamá — até negociações da soberania, através de tratados no domínio da luta contra o tráfico de droga, como os assinados por vários países das Caraíbas, que cedem o seu mar territorial para que os EUA o patrulhe. A Colômbia também assinou um acordo semelhante, passando pelas imposições feitas pelo Império em matéria de políticas internas até à chantagem, não só a alguns dos mandatários de certos países, mas também aos candidatos à presidência. Na sua conhecida atuação hipocritamente moralista, cabem também as incursões no negócio da droga para lucro e fornecimento de narcóticos aos soldados do seu exército no Vietnã — e o escândalo chamado de 'Iran Gate'.

A luta contra o tráfico de droga como flagelo da humanidade, que beneficia econômica e politicamente o Império, é uma luta anti-imperialista pela soberania e pela autodeterminação dos povos, mas é também uma luta contra as cúpulas dominantes nacionais em benefício das maiorias nacionais, e é um ponto fundamental da agenda de problemas a resolver para garantir aos nossos povos uma vida com justiça social, digna em paz, com democracia e soberania"²⁶.

²⁶ Militarismo, tráfico de droga e neo-liberalismo. Comandante Raúl Reyes, do Secretariado do Estado-Maior Central, FARC-EP/ Julho de 1997.

Através desse discurso pronto, repetido à exaustão, a guerrilha procura se justificar moral e politicamente na busca de mecanismos ilegais de financiamento. Seus integrantes afirmam que não têm nada a ver com o narcotráfico nem com a produção de cocaína. Mas entendem que é necessário preservar o meio de subsistência de famílias pobres de cocales, tidas como vítimas do governo reacionário da Colômbia e do imperialismo yanque. Por isso consideram demagogia ataques a este foco do mercado da cocaína, e não admitem que os militares façam a fumigação das áreas sob seu controle²⁷. Ao mesmo tempo, os comandantes das FARC juram que fazem apenas tributar os compradores que vão até as plantações para comprar a produção dos cocales.

Em contrapartida, o governo afirma que a maior parte do dinheiro que as FARC arrecadam hoje sairia diretamente do bolso dos narcotraficantes para o caixa dos comandantes. De um orçamento total estimado em um bilhão de dólares por ano – número que as FARC contestam –, 700 milhões teriam essa origem. Enquanto o restante seria produto de seqüestro e extorsão de empresários.

Ivan Rios nega com veemência que o orçamento de suas força chegue a um bilhão de dólares por ano:

²⁷ A paranóia é tanta que a tecnologia fariana desenvolveu até uma arma caseira para dar combate às aeronaves fumigadoras. Um botijão de gás é colocado dentro de um cilindro de aço, sobre um colchão de pólvora. Quando aparece um avião a pólvora é incandescida, explode e lança o botijão pelos ares. O petardo improvisado, além de impactar fortemente contra os alvos guerrilheiros, também pode ser equipado com explosivos que são detonados quando ele atinge uma determinada altura, lançando estilhaços em um raio de centenas de metros.

"Cada homem aqui custa o equivalente a sua munição, comida, manutenção do fardamento e do armamento. Lutamos por amor, e não por dinheiro. Somos guerrilheiros e não mercenários, como querem fazer crer".²⁸

De fato, as FARC não pagam salários. Seus integrantes não têm dinheiro para nada. Mas o armamento está sempre em ordem. As fardas são invariavelmente novas. Balas, granadas e morteiros não podem faltar por razões óbvias. Os carros dos comandantes, quase todos caminhonetes com tração nas quatro rodas, reluzem de tão novos. Os equipamentos de radiocomunicação são modestos. Mas o alto comando está cercado de um aparato de tecnologia moderna – computadores portáteis, telefones celulares via satélite e outros utilidades de guerra.

No entanto, inferir a partir disso que consumam um bilhão de dólares por ano vai uma distância enorme. Para constatar o absurdo dessa afirmação, basta fazer uma simples operação aritmética. Se os guerrilheiros são 15 mil, cada homem custaria às FARC o equivalente a 66 mil dólares anuais; ou mais de 5,5 mil dólares por mês. Se fossem mercenários seriam os mais bem pagos do planeta.

Raúl Reyes, chefe da Comissão Internacional das FARC, observa que até meados da década de 80, período em que ainda existia a Guerra Fria – e conseqüentemente a histeria anticomunista ainda servia de justificativa para intervenções imperialistas – praticamente não se apontavam ligações entre as guerrilhas e o narcotráfico. Contudo, a partir de 1984 com a nomeação de Lewis Tamb, ex-diretor da CIA, como embaixador dos ianques na Colômbia, buscou-se desenvolver um pretexto para atacar as FARC através de uma campanha suja, visando golpear a imagem e o prestígio da Organização.

²⁸ RIOS (apud: PANNUNZIO, Fábio. **A Última Trincheira**. Rio de Janeiro: Record, 2001; p. 210.)

Nesse sentido, a expansão do narcotráfico reflete-se historicamente na dinâmica do conflito colombiano, servindo de justificativa para uma ação militar contra as guerrilhas, e impossibilitando um efetivo desenvolvimento das negociações de paz – uma vez que se distorcem os objetivos dos grupos em disputa.

Capítulo II

O DIÁLOGO IMPOSSÍVEL: IMPERIALISMO, NARCOTRÁFICO E PARAMILITARES COMO EMPECILHOS PARA A PAZ

Uma visão muito comum a inúmeros pesquisadores, inclusive aqueles ligados a própria esquerda, consagra uma análise simplista sobre as políticas de paz implementadas na Colômbia pelo presidente Betancur. Para esse tipo de visão o fracasso do processo de negociação é entendido apenas como consequência da falta de preparo ou de vontade política por parte do governo ou da própria guerrilha. Contudo, para entender a complexidade presente nos cenários do conflito colombiano nesse período, torna-se necessário considerar as influências do narcotráfico e da ação imperialista na Colômbia, bem como a consequente ascensão do paramilitarismo financiado por eles.

A grande dificuldade de se constituir uma análise que leve em conta tais fatores – sem perder de foco as tentativas de implementação do processo pacificador – ocorre essencialmente pela impossibilidade de se pensar esses elementos de maneira isolada e ao mesmo tempo perceber como cada um deles relaciona-se com os demais em termos políticos.

A Colômbia sofre desde os anos setenta o estigma de ser a maior produtora e exportadora de cocaína do mundo. A ilegalidade da indústria de droga imprime um caráter peculiar à sociedade colombiana, fazendo emergir uma complexa rede de produção, comercialização e financiamento, que serve de sustentação para o crime organizado, a violência e a corrupção. O narcotráfico exerce seu poder para penetrar nas estruturas da sociedade civil, para intervir nas decisões e para controlar parte dos territórios nacionais, usando a força através de grupos paramilitares para desestabilizar o Estado e impor suas

próprias leis e valores, violando os direitos humanos e pondo em perigo a permanência do sistema democrático.

Regiões pouco desenvolvidas da Colômbia, cenários de vasta miséria, passaram a ser apresentadas como ambientes propícios para o florescimento de atividades ilegais; em um contexto onde a falta de perspectiva da população e a necessidade de segurança, se congregaram a elementos constitutivos do conflito político e do narcotráfico, formando um complexo jogo de interdependência entre eles. Exemplo claro da influência sócio-econômica das drogas na Colômbia tem-se no distrito de Caquetá, uma região esparsamente povoada para onde o governo deslocou lavradores sem terra na década de 1960. Desmatando para abrir campos, os colonos inicialmente dedicaram-se apenas a culturas de subsistência, como milho, arroz e iuca; uma vez que, as safras comercializáveis, como a de banana-da-terra e mamão, não eram viáveis, por falta de estradas para fazê-las chegar aos consumidores. Então na década de 1980, quando os cartéis de narcotraficantes das distantes Medellín e Cali passaram a incentivar a produção de coca, ocorreu uma grande virada nos negócios dos pequenos camponeses. Contudo, juntamente com o aumento dos ganhos, os cultivos ilegais também levaram a ampliação da necessidade de segurança, conseguida apenas através da aproximação destes camponeses com os grupos armados, tanto guerrilheiros, quanto paramilitares.

Por outro lado, os Estados Unidos com sua política imperialista, baseada na tradicional “diplomacia da força”, tem se aproveitado do distúrbio interno a que está submetida a sociedade colombiana para, através dos mais escabrosos meios, intervir na região e garantir o predomínio de seus interesses²⁹. As relações do governo estadunidense com os

²⁹ A biodiversidade da Amazônia colombiana só perde para a do Brasil, sendo que somente seus recursos hídricos já bastariam para atrair a ganância estadunidense. Essa questão, torna-se ainda mais delicada, se levarmos em conta que a água doce, cada vez mais escassa, já é considerada uma questão chave para o século XXI, tendo nos Estados Unidos seu principal consumidor mundial.

paramilitares, e mesmo com o narcotráfico, sempre foram evidentes³⁰; mas, tornaram-se ainda mais explícitas nos últimos anos, principalmente com a aplicação do Plano Colômbia³¹.

As constantes tentativas da mídia de simplificar a situação das disputas, considerando apenas o embate entre governo e guerrilha, dentro de uma concepção maniqueísta, despolitiza a realidade da guerra civil, mascarando toda a diversidade de fomentadores do conflito, e omitindo um conturbado contexto que mistura interesses internos e externos, ideologias conflitantes, corrupção institucionalizada e desigualdades sociais. Transmite-se dessa forma, uma imagem da Colômbia como uma simples “república de bananas”, ou mesmo uma narco-república, onde os vários agentes em disputa corrompem-se por migalhas, não merecendo, portanto, qualquer credibilidade para se estabelecer negociações.

O paramilitarismo como estratégia de atuação da direita

O uso de civis armados por parte de partidos políticos, capos locais, governo, e forças armadas tem uma longa tradição na Colômbia. Desde o século XIX, uma série de enfrentamentos entre os Partidos Liberal e Conservador estabeleceram uma prática

³⁰ A montagem do bando que se transformaria nas AUC foi custeada com centenas de milhares de dólares pelo governo estadunidense, segundo divulgou o jornal Philadelphia Inquirer – baseado em documentos secretos a que teve acesso – e, desde então, o escritório da CIA em Bogotá transformou-se no maior do mundo. Os narcotraficantes aliciados foram em seguida treinados pela Delta Force, um comando de forças especiais dos EUA, como reconheceram agentes da CIA entrevistados pelo jornalista Mark Bowden. Em algumas operações criminosas de maior interesse dos EUA, os bandidos foram acompanhados por elementos das forças especiais ianques.

³¹ As operações militares do Plano Colômbia, começaram em outubro de 2000, quando o exército realizou um ataque em grande escala em Putumayo, no sul do país, na região mais rica em petróleo, localizada na fronteira com o Equador, com a desculpa de combater um foco da guerrilha supostamente ligado narcotráfico.

sistemática de se instigar o uso da violência para se tentar superar divergências políticas. Contudo, a partir do século XX, com o surgimento de organizações insurrecionais como as FARC e o ELN dentro do contexto da Guerra Fria; as elites colombianas, detentoras do poder do Estado, intensificaram as arbitrariedades militares, aproximando-se cada vez mais do governo estadunidense pelo interesse comum no combate a ameaças comunistas na região³².

A predisposição dos militares colombianos em aceitar as eficazes estratégias impostas pelos Estados Unidos levaram ao estabelecimento de milícias civis armadas na Colômbia, treinadas e equipadas dentro dos mesmos padrões promovidos pelo governo estadunidense, nos casos dos paramilitares gregos de ultradireita, dos parapoliciais filipinos, ou dos contras nicaragüenses.

Dentro das Forças Armadas da Colômbia, um dos principais defensores da aplicação destes métodos para combater o “inimigo interno comunista” foi o General Alberto Ruiz Novoa, cuja experiência na Guerra Fria incluía um período como combatente do batalhão colombiano na Coreia. O General Ruiz se converteu em comandante do exército em 1960, mantendo um amplo intercâmbio com membros das Forças Armadas Especiais dos Estados Unidos, que capacitaram oficiais colombianos em operações de contra insurgência.

Em 1962, uma Equipe de Guerra Especial do Exército dos Estados Unidos (Army Special Warfare) visitou a Colômbia para ajudar a aperfeiçoar o chamado Plano Laso, uma estratégia contrainsurgente que estava sendo desenhada pelo General Ruiz. Os assessores estadunidenses se propuseram a selecionar civis e militares para serem infiltrados clandestinamente na operação de resistência caso fosse necessário. Sob a direção do

³² As ligações entre o governo estadunidense e o colombiano nessa época eram tão grandes que a Colômbia foi um dos primeiros países latino-americanos que firmaram acordos mútuos de defesa com os Estados Unidos e puseram em marcha o primeiro centro de treinamento contra-guerrilha da América Latina, a chamada Escola de Lanceros.

General William P. Yarborough, a equipe se utilizaria de estrutura para efetuar funções de contra-inteligência e contra-propaganda, e se fosse necessário, para executar atividades paramilitares de sabotagem ou terrorismo contra conhecidos defensores do comunismo.

Ao julgar pelos acontecimentos que se seguiram, as recomendações dos Estados Unidos se aplicaram com entusiasmo através do Plano Laso, adotado oficialmente pelas Forças Armadas da Colômbia em 01 de julho de 1962. Os representantes do governo apresentaram o Plano Laso ante o público como uma campanha destinada a ganhar o apoio dos colombianos, através de obras públicas e outras ações destinadas a melhorar as condições sociais, considerada o principal fomento da subversão armada. Entretanto, em uma esfera de atuação mais “discreta”, o Plano Laso incorporava as principais recomendações da equipe de Yarborough. Civis armados – chamados de “defesa civil”, “autodefesas”, ou “operações de organização popular”, entre outras denominações – tiveram que trabalhar diretamente com a tropa.

Diante disso, a administração do presidente Guillermo Leon Valência (1962 – 1966), em lugar de impor limites às forças armadas e sua campanha anticomunista, essencialmente, deixou em suas mãos o problema do que se segue chamando na Colômbia de “ordem pública”; uma divisão de tarefas que se mantém hoje em dia. Esta delegação de responsabilidade se fez principalmente através da declaração do “estado de sitio” (que agora se chama “estado de comoção interior”)³³. Durante o estado de sitio, o executivo aplicou decretos que suspenderam direitos ao transferir amplos poderes judiciais e políticos as Forças Armadas, sem nenhuma restrição ou supervisão civil. Com freqüência supostos decretos temporários se convertiam posteriormente em leis permanentes³⁴.

³³ Nos últimos 47 anos a Colômbia passou por 37 estados de sitio ou de comoção interior.

³⁴ Exemplo evidente manifesta-se com o Decreto 1290, aplicado em 1965, enviada aos civis acusados de apoiar ou pertencer a insurgência ante os tribunais marciais militares, no que os processos eram secretos e se suspendiam direitos fundamentais.

As ofensivas militares contra as chamadas “repúblicas independentes” de simpatizantes comunistas nos departamentos de Tolima e Cauca levaram o Presidente Valência a declarar estado de sitio em maio de 1965. Posteriormente, o Decreto 3398 assentava as bases legais para a participação ativa de civis na guerra desde 1965 até 1989. O Decreto 3398 definiu a defesa nacional como “a organização e previsão do empenho de todos os habitantes e recursos do país, desde o tempo de paz, para garantir a Independência Nacional e a estabilidade das instituições” e legalizou temporariamente o fato de que o Ministério da Defesa armara a civis. Em 1968, porém, a Lei 48 converteu o Decreto 3398 em legislação permanente. A Lei 48 autorizava o executivo a criar patrulhas civis por decreto e ao Ministério da Defesa a fornecer-lhes armas de “uso privativo” das Forças Armadas³⁵.

Logo os militares converteram as ações civis, como construir pequenos postos e clínicas de saúde, tão somente em uma ferramenta para frear o avanço da guerrilha. Os paramilitares tornaram-se uma parte integral de seu contra ataque à guerrilha e a todos os que a equipe estadunidense de Yarborough identificasse como “defensores do comunismo” do PCC.³⁶

A legitimação dos abusos por parte do exército se consolidou ainda mais com a aplicação das medidas impostas pelo Presidente Julio César Turbay (1978-1982), que através do Decreto 1923, chamado de “Estatuto de Segurança”, aplicava a censura à

³⁵ Ainda que o presidente nunca tenha criado um número muito grande de patrulhas, os militares insistiam em citar a Lei 48 como o sustento legal de seu apoio a todos os paramilitares.

³⁶ Na Colômbia essa concepção chegou a englobar tanto a defensores reais como a supostos partidários da guerrilha; o que incluía a críticos do governo, sindicalistas, organizadores comunitários, políticos da oposição, líderes civis, e ativistas dos derechos humanos. Até os protestos pacíficos – por terra, educação, saúde pública, aumentos salariais, direitos humanos, serviços públicos, e a limpeza da água – foram descritos como uma batalha do governo contra os agitadores comunistas.

imprensa e outorgava poderes judiciais à polícia, além de estabelecer em termos gerais a novos crimes como o “transtorno da ordem pública”.

A violência política na Colômbia alcançou um lado ainda mais dramático a partir de 3 de dezembro de 1981, quando um helicóptero voou sobre a cidade de Cali atirando panfletos que anunciavam a formação de um novo grupo, Muerte A Secuestradores (MAS). Segundo seus fundadores o MAS foi criado por 223 narcotraficantes para vingar o seqüestro, por parte do M-19, de Martha Nieves Ochoa, cujos irmãos eram membros do Cartel de Medellín. Porém sua organização se converteu em um atrativo para alguns colombianos alheios ao mercado da droga, mas identificados com o ódio dos narcotraficantes perante a guerrilha. Nas regiões onde os proprietários de terra ou negociantes vinham enfrentando cada vez mais o assédio das FARC, na cobrança do chamado “imposto de guerra”, o modelo do MAS representava uma maneira eficaz, ainda que violenta, de responder às pressões guerrilheiras.

O Batalhão Barbúla de Puerto Boyacá, em Santnader, e o prefeito da cidade, o Capitão Oscar de Jesus Echandía, adotaram o modelo do MAS. Em 1982, Echandía convocou uma reunião³⁷ com moradores locais, incluindo líderes dos Partidos Liberal e conservador, empresários, criadores de gado, e representantes da Texas Petroleum Company (Texaco). Decidiram que o objetivo ia além de proteger a população das investidas guerrilheiras. Queriam “limpar a região dos subversivos”. Com este fim acordaram reunir armas,

³⁷ Além da convocação de reuniões, os paramilitares, para conseguir a adesão de homens às suas forças, recorrem à intimidação, obrigando camponeses, trabalhadores urbanos, desempregados, crianças e jovens a incorporar-se a um dos comandos de luta, sob ameaças que vão desde a tomada de bens até a eliminação de amigos e familiares. Outro atrativo é que os grupos paramilitares costumam remunerar seus combatentes – ainda que haja muita diferença entre o que é pago a um colombiano pobre que adere a eles por falta de opção e a um mercenário recrutado por suas qualidades guerreiras, o jornal brasileiro O Estado de São Paulo (31/04/2000), informou que líderes de infantaria e suboficiais especializados ganham em torno de US\$ 7 mil por mês enquanto cabos e soldados ganham US\$ 2,5 mil.

uniformes, alimentos, e um fundo para pagar jovens engajados na luta. Os empresários e criadores de gado levantariam o dinheiro, enquanto membros das forças armadas ofereceriam seu apoio tático. Essencialmente, o exército autorizou e incentivou ativamente a civis para que perseguissem e assassinassem a supostos guerrilheiros. Antes de concluir a reunião elegeram um nome para seu novo grupo: MAS; o mesmo nome utilizado pelos narcotraficantes³⁸.

A um desses grupos, treinados pelo Batallón Bomboná da 14ª Brigada do exército, na cidadezinha de Puerto Berrío, a 200 km de Medellín e à beira do rio Magdalena, juntaram-se os irmãos Fidel e Carlos Castaños, em busca de vingança. O pai Jesus Castaño, um criador de gado leiteiro, fora seqüestrado um ano antes pelas FARC e apesar da metade do resgate pedido, de 7500 dólares, ter sido pago, a guerrilha entregou-o morto, acorrentado a uma árvore.

Os irmãos formaram o grupo Los Tangueros e depois a Autodefesa Campesina de Córdoba e Urabá (ACCU) que, sob o comando de Fidel, já então conhecido como Rambo, tornou-se o mais bárbaro e selvagem esquadrão de morte do interior colombiano. Com o desaparecimento do irmão, Carlos Castaño conseguiu tornar aquilo que era uma iniciativa regional num movimento de caráter nacional, constituindo as Autodefesas Unidas de Colômbia, uma verdadeira confederação de agrupamentos militares que operam em pelo menos 26 dos 33 Departamentos em que se divide o país.

Existem, de fato, outros três grupos além da AUC: as Autodefesas de Córdoba e Urabá, as Autodefesas de Casanare e Boyacá, as Autodefesas Alias Dom Gustavo, que atuam com autonomia militar e devem assegurar sua própria sustentação financeira, mas

³⁸ Autênticos esquadrões da morte, os MAS tornaram-se sinônimo de grupos paramilitares. Em constantes reuniões organizadas, potenciais combatentes eram chamados, para serem convencidos das vantagens de ingressar num desses grupos, formados com a finalidade expressa de eliminar os focos de subversão.

seguem a mesma orientação política, tendo Carlos Castaño como capo geral. Cada uma tem diversos subgrupos de abrangência local.

O Estado colombiano nunca tomou medidas efetivas para combater o avanço dos paramilitares³⁹. O governo de Virgílio Barco até chegou a proibir o apoio a associações particulares de defesa armada através do Decreto n.º 1194/1989 que tornou sem validade a famosa Lei n.º 48, declarando ilegal qualquer forma de colaboração, participação ou criação de grupos de autodefesa por parte das Forças Armadas ou da população civil. Ocorre que, dois anos mais tarde, a Ordem n.º 200-05 reabriu essa possibilidade permitindo a formação de “Redes de Inteligência” com o objetivo declarado de ajudar o exército colombiano a livrar-se da guerrilha. Depois, ao final de 1994, o presidente Ernesto Samper, instituiu o programa “Convivir”, autorizando a Polícia Civil a instituir Cooperativas Rurais de Segurança, que nada mais eram do que novos disfarces para as organizações paramilitares.

Atualmente esses grupamentos paramilitares de direita, configuram-se como o segmento armado que mais cresce dentro do contexto da guerra colombiana; representando as principais forças de oposição às guerrilhas. Além disso, numa clara evolução tática e conceitual, as AUC tornaram-se uma organização autônoma com objetivos próprios de liquidação da guerrilha da esquerda e também de manejo direto do negócio do narcotráfico, com uma plataforma política que tem-lhe permitido até mesmo reivindicar participação nos processos de paz⁴⁰.

³⁹ A impunidade que os governos colombianos oferecem aos paramilitares é bem representada pela situação de Fidel Castaño, que mesmo condenado a mais de 20 anos por uma série de crimes – incluindo o assassinato do candidato presidencial da União Patriótica – nunca foi preso.

⁴⁰ Ainda que, para se alcançar a paz na Colômbia se faça necessário uma resolução nas questões relativas ao paramilitarismo; a extensão das negociações de paz aos grupos de direita armada – surgidos com o objetivo único de combater às guerrilhas – acaba por colocar estas organizações paramilitares no mesmo nível de movimentos populares de guerrilha, o que, de certa forma ofusca as reivindicações políticas e sociais das esquerdas.

Os grupamentos paramilitares – apesar de toda a condenação a seus métodos bárbaros e violações dos direitos humanos, denunciadas por organismos humanitários como a Anistia Internacional – tem cumprido um papel importante no combate às guerrilhas; uma vez que permitem a eliminação de consideráveis forças de oposição ao Estado, sem que o governo colombiano tenha que se comprometer diretamente nas ações. Foi isso o que aconteceu em 1987, no massacre promovido contra os membros da União Patriótica, que resultou no rompimento dos acordos de paz.

Drogas na Colômbia: o poder do narcotráfico

As questões relativas ao narcotráfico ultrapassam as fronteiras nacionais da Colômbia e se estendem a todos os continentes, servindo inclusive de justificativa para intervenções imperialistas na região. O caráter clandestino ou subterrâneo da economia da droga dificulta enormemente a análise de seus efeitos nas sociedades onde se configuram a produção, o tráfico e o consumo dessas substâncias.

Para alguns especialistas a economia colombiana, e em especial as contas externas, depende em certa medida dos recursos do narcotráfico. Os estudiosos consideram que os cartéis de drogas têm se fortalecido não apenas porque conseguem se infiltrar na estrutura política do país; mas essencialmente porque uma parte considerável das quantias provenientes do narcotráfico se destina a geração de empregos e contribui para financiar o crescente déficit externo, manter a estabilidade cambial e permitir o acúmulo de grandiosas reservas monetárias, com as quais a Colômbia tem enfrentado as crises econômicas internacionais.

Em contrapartida, outros analistas asseguram existir um certo equívoco em conclusões tão positivas sobre a natureza do narcotráfico na Colômbia; sustentando que a economia não depende tanto da droga, e questionando a capacidade soberana do Estado para

combater o problema. Também discordam sobre os benefícios econômicos do fenômeno relacionado a cocaína, considerando que o desmedido ingresso de narcodólares desequilibra a demanda interna, afeta a produção, altera os preços, gera expectativas sem base sólida e suscita a longo prazo um caos total.

Um dos primeiros obstáculos no estudo do narcotráfico é estimar os respectivos montantes de capital movimentado por esse negócio – tarefa nada fácil, considerando a grande variação nas estimativas de acordo com a fonte. A incerteza nos cálculos se explica tanto pela discordância das variáveis utilizadas, quanto por considerações políticas. A carência de dados confiáveis sobre essa atividade ilícita tem gerado estimativas de todo o tipo; tendo-se a premissa de que todas são válidas, uma vez que nenhuma é refutável. Em 1995, por exemplo, um subcomitê do Senado estadunidense afirmou que o comércio mundial de drogas ultrapassa os 500 bilhões de dólares anuais. No princípio da década de noventa o Grupo de estudos de Ação Financeira da OCDE estimou, com base nos gastos realizados na Europa e Estados Unidos com cocaína, heroína e maconha, em 100 bilhões de dólares ao ano. A primeira soma converteria o narcotráfico no segundo maior comércio do mundo, somente abaixo da venda de armamentos; a segunda, ainda que muito inferior, supera o PIB da maioria dos países latino-americanos, inclusive a Colômbia, e faria do narcotráfico a atividade ilegal mais expansiva do mundo. Se calcularmos um valor anual médio de 300 bilhões de dólares anuais, o mercado da droga equivaleria ao peso econômico da indústria petrolífera mundial.

Nas estimativas do ingresso do narcotráfico na Colômbia se reflete a mesma heterogeneidade numérica. Segundo alguns estudos, que provêm de fontes tanto européias quanto estadunidenses, o montante anual do comércio de narcotráficos gira em torno de US\$ 50 bilhões, correspondentes a 400 toneladas líquidas. É esta a cifra que o pesquisador Ricardo Vargas deduz da quantidade de cocaína exportada da Colômbia, descontado o confisco feito pela interdição e o que se consome aproximadamente nos dois grandes mercados mundiais – dos EUA e da Europa ocidental. Esse dado não está muito afastado

do que proporciona o estudo de Anif, de março de 2000, que assinala um valor de US\$ 46 bilhões.⁴¹

Em relação à capacidade de retorno financeiro ao país as fontes divergem. Enquanto Vargas calcula em torno de US\$ 2,5 bilhões, Anif afirma ser US\$ 3, 574 bilhões, o que supera em três vezes o valor das exportações de café.

Muito além da precisão nos valores movimentados pelo narcotráfico, um dos mais polêmicos pontos na discussão desse tema reflete a própria ação da droga na realidade colombiana, tanto em termos nacionais – com avalanches de denúncias contra grupos e agentes políticos supostamente financiados pelo narcotráfico – quanto no plano internacional. Neste caso, destaca-se a posição do governo estadunidense, com sua política de intervenção militar em território colombiano, sob a contestável justificativa de um combate pela erradicação do narcotráfico na região.

A partir da ascensão das drogas como fator de elevada influência na Colômbia, instaurou-se um jogo de acusações onde as diversas forças em combate passaram a apontar no inimigo a própria figura do mal encarnada no papel do narcotraficante. Com isso, o longo conflito entre guerrilhas e governo passou a adquirir uma complexidade ainda mais ampla, envolvendo uma maior adesão do imperialismo estadunidense e dos paramilitares de direita.

Segundo o ex-diretor do Departamento de Estado Americano, o general MacCaffrey, a guerrilha colombiana estaria recebendo US\$ 500 milhões anualmente. Porém, nunca se esclareceu quanto é desviado pelos paramilitares, que abertamente se declaram narcotraficantes, e, conforme dados a serem verificados, hoje dirigem rotas decisivas para a exportação de alcalóides. A chamada expansão paramilitar, cujos dirigentes apoiam pública e clamorosamente o Plano Colômbia, aparentemente estaria sendo financiada por

⁴¹ MEZA, Ricardo Vargas. *Cultivos ilícitos, conflito e processo de paz na Colômbia*. Política Externa, São Paulo, v.9, n.4, p.72 - 83, mar./maio 2001.

recursos provenientes, não tanto de mesquinhos empresários também afetados pela crise econômica mas, sobretudo, pelo próprio negócio sustentado para amparar a impunidade a eles imputada pelos aliados estratégicos da guerra contra-insurrecional.

Retornando ao aspecto das desproporções numéricas, torna-se importante salientar que os estudos de Vargas indicam que 82% da ajuda militar dos EUA são destinados para golpear os 0,67% dos agricultores que vendem seus produtos nas ruas de Frankfurt, e a insurreição que se beneficia dos 1% do volume apropriado pelas organizações do narcotráfico. O que acontece então com o crime organizado que se beneficia com 99% do capital exportador de cocaína?

Pela perspectiva do Plano Colômbia, para esse setor não há estratégia nem medidas definidas com clareza, já que não está garantido o combate ao crime organizado, propriamente, com helicópteros, ou com aviões de combate, nem com lanchas ou batalhões antinarcóticos.

Sem uma política para golpear os paraísos fiscais – continuar a rastrear os fluxos financeiros; estabelecer controles reais sobre as reformas tributárias e os fundos para ocupação, ou os diferentes mecanismos que garantem grandes lavagens de dinheiro, incluída a aquisição de bônus da dívida pública e o endividamento em dólares como parte da chantagem que o capital financeiro impõe ao pressuposto fiscal deficitário – o governo dos Estados Unidos se situa de um dos lados do alvo da verdadeira luta antinarcóticos, que deveria golpear as fontes econômicas do negócio e os fluxos de acumulação de capital que alimentam o circuito global do mercado de produtos ilícitos.

Visto desse ângulo, a estratégia estadunidense de intervenção na Colômbia está totalmente fora de foco. Realmente, não é uma política antidrogas, mas, ao tomar como centro principal o campesinato produtor e a insurreição, abre uma brecha para a desestabilização da sociedade sem levar a nenhuma solução que contribua para modernizar ou democratizar o país. O pretexto antidrogas deixa antever o corpo anti-social do projeto

real. Trata-se de uma reestruturação econômica e social em função dos macro-projetos, previstos há décadas, pelo Banco Mundial, entre os quais porções do território da atual Colômbia, com seus recursos energéticos, bióticos e ambientais, são incorporadas, através de grandes consórcios privados transnacionais, ao mercado mundial. Por seu lado, as populações deslocadas e refugiadas no interior do país, por possuírem menor capacitação trabalhista como peões no novo enquadramento da força de trabalho, destroem outra parte importante do espólio estrutural em jogo.

Inúmeros estudiosos independentes apontam que a política estadunidense referente ao narcotráfico alinha-se ao próprio contexto das negociações de paz estabelecidas com as guerrilhas a partir do governo Betancur, levando a uma estratégia de combate aos grupos insurgentes conhecida como “Guerra de Baixa Intensidade”. Segundo estas concepções, desde a década de 80, quando se iniciaram os longos ciclos de negociação, o governo vem apresentando transformações na forma de relacionar o problema da droga com a insurreição guerrilheira.

Inicialmente se afirmava que a Colômbia passava por duas guerras nitidamente diferentes: a guerra do narcotráfico contra o país e o mundo e o confronto da guerrilha contra um modelo econômico, social e político que considera injusto, corrupto e prenunciativo de privilégios. Dessa forma o governo tomava distância do conceito de narco-guerrilha ao separar uma caracterização política de uma outra puramente delinqüente. Esse esclarecimento não foi circunstancial ou episódico. Estava associado a um enfoque concreto na luta antidrogas como parte de uma problemática ligada ao conflito político-militar com o qual em nada se confundia.

Em resumo, essa maneira de ver o problema incluía não apenas uma importante diferenciação entre guerrilha e narcotráfico, mas, além disso, uma ação antidrogas, orientada para uma eventual erradicação consensual, com métodos não contaminadores nem destrutivos, onde, exceto o Estado, interviriam o movimento guerrilheiro e os organismos internacionais. Nesse primeiro momento, as propostas de paz ainda incluíam

uma espécie de “bônus de paz e de crédito”, destinados a financiar os planos de desenvolvimento nas zonas do conflito.

Por outro lado, uma nova ótica, fortalecida a partir de 1999 com a adoção do Plano Colômbia destaca, antes de mais nada, os aspectos militares associados a reformas econômicas dirigidas a corrigir o déficit fiscal, outorgar maiores privilégios à ocupação estrangeira, reforçar o sentido repressivo da fiscalização, a extradição de nativos aos EUA e uma idéia de paz como assunto de governabilidade. O centro desse enfoque é cortar os vínculos da subversão com o narcotráfico, supondo-se que a guerrilha, como projeto anti-sistêmico, estaria inscrita em uma dinâmica delinqüente cada vez menos revolucionária, conforme o parecer dos redatores. A partir dessa apresentação, o Plano se caracteriza em uma “ameaça” a ser enfrentada por quatro agentes geradores de violência: as organizações de narcotraficantes, os grupos subversivos, os grupos ilegais de “autodefesa” e os delinqüentes comuns.

Alegando que a insurreição goza apenas da simpatia de 4% dos cidadãos – confirmando sua importância unicamente com o poder de armas adquiridas com fundos provenientes da comercialização da droga – o governo propõe uma reavaliação sobre a situação colombiana. Assim, desaparece todo o conflito social real e surge uma associação entre narcotráfico e insurreição que deve ser desmontada. O conceito de “narco-guerrilha” – introduzido no período reaganiano pelo então embaixador na Colômbia, Lewis Tambs, ganha força como núcleo da estratégia. Sua função foi modificada para tentar mostrar as transformações da guerrilha: de romantismo revolucionário, do período bipolar, chegou a pragmatismo contestador armado completamente carente de projeto político libertador. A carga ideológica dos usos conceituais, nas condições de um monopólio dificilmente expugnável dos meios de comunicação sob o controle do capital transnacional e dos grandes grupos econômicos é uma formidável arma da “guerra virtual”, destinada a esmagar toda oposição, ou dissidência, e qualquer tentativa de esclarecimento em relação à real situação da Colômbia e a impor um pensamento único assentado no guerreirismo, na conciliação com o “fascismo paramilitar” e na polarização da sociedade.

Desde o início, o conteúdo social da atuação do governo colombiano e do imperialismo estadunidense busca complementar o eixo da estratégia: como erradicar não apenas, e nem tanto, os cultivos de uso ilícito, mas também a massa vinculada econômica e territorialmente aos espaços afetados, quer dizer, o campesinato e o proletariado flutuante, que supostamente, é óbvio, constituem a base social da guerrilha. O processo de paz é vislumbrado como a modificação das condições materiais e sociais de existência do movimento guerrilheiro atual como uma versão modificada – desde o início, mais complexa pelas próprias características da atual negociação – dos processos de reinserção ocorridos com outros grupos armados em passado recente. Acontece que, agora, além da reinserção, as circunstâncias sócio-territoriais foram modificadas a fim de serem substituídas por alianças estratégicas para a modernização capitalista do campo por via prussiana, isto é, confirmando, no essencial, as formas da grande propriedade territorial de tipo latifundiária.

Capítulo III

EFÊMEROS ENTENDIMENTOS:

AS COMPLICADAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E A GUERRILHA

Para pensar as negociações sobre os conflitos armados na Colômbia é necessário entender não apenas quais são os fatores estruturais e sistêmicos que tem impedido avançar os acordos, mas também é indispensável refletir sobre quais são as condições que influenciaram a disponibilidade de cada um dos grupos envolvidos para negociar.

As soluções negociadas do conflito armado podem ser visualizadas pelo peso histórico dos agentes implicados nas negociações com o Estado, pela teia de alianças ou apoios que os projetos político-militares tem conseguido gerar, e pela forma que cada um dos agentes sociais tem pensado e referenciado o conflito em torno da guerra e da paz.

O crescimento dos grupos guerrilheiros a partir da década de 70 ampliou as esferas de combate, resultando também na ampliação da influência destes movimentos armados; que cada vez mais foram se consolidando como importantes segmentos de peso dentro da política colombiana. Esta transformação, sem dúvida, acarretou novas formas de relacionamento entre o Estado e a guerrilha, impulsionando o estabelecimento de negociações entre eles.

Um balanço sobre as transformações nas relações entre os governos colombianos e as guerrilhas, a partir desse crescimento político das FARC, nos permite pensar as formas como se tem configurado processualmente as políticas de paz ao longo de cada mandato presidencial, permitindo distinguir tanto o que os respectivos governos declaram publicamente em suas propostas, como o que implicitamente revelaram em suas ações mediante adoção de medidas de exceção ou de ordem pública, assim como as ênfases pressupostas ou as omissões como a falta de controle dos paramilitares.

Destacando-se como um dos mais eminentes exemplos de intolerância frente aos grupos guerrilheiros, o governo de Turbay Ayala (1978 –1982) teve uma política amplamente caracterizada pela preeminência da força sobre os mecanismos de consenso. Durante esse período não havia uma política de paz que considerasse as tipicidades dos problemas que assolavam o país. A concepção predominante no tratamento aos guerrilheiros estava muito ligada aos esquemas ideológicos binários inscritos no contexto da Guerra Fria, que segregavam os grupos de contestação rotulando-os simplesmente como ameaças comunistas. Assim, desprezava-se um diagnóstico que levasse em conta os aspectos sociais relacionados aos conflitos. Esta era uma concepção compartilhada tanto por setores particulares da sociedade como pelo próprio governo nacional, que estendia o mesmo tratamento militar dado aos movimentos guerrilheiros para as manifestações sociais, que foram totalmente criminalizadas.

Um importante instrumento de repressão utilizado pelo governo de Turbay Ayala foi o chamado Estatuto de Segurança, que buscou combater os “perturbadores da ordem” através de medidas que inutilizavam a aplicação de hábeas corpus e permitiam aos militares julgar delitos comuns de civis. Dessa forma, as forças armadas puderam adquirir um poder quase absoluto no manejo da ordem pública. Situação inicialmente respaldada pela maioria dos órgãos da grande imprensa, que passaram a estimular uma lógica maniqueísta de guerra inscrita na relação “aliado-inimigo”.⁴²

Porém, o desrespeito do governo pelas liberdades e pelos direitos humanos acabou se transformando no estímulo que faltava para que a guerrilha – e mesmo o narcotráfico – ganhassem mais espaço e aceitação dentro e fora do país. Vários setores da sociedade civil e organismos de ordem internacional passaram a mostrar uma opinião contrária a posição do governo. A anistia internacional se pronunciou em repúdio a violação dos direitos humanos, e alguns generais tiveram de concordar que o Estatuto de Segurança se orientava exclusivamente pela segurança do Estado, concebendo pouco ou nada a respeito da segurança do cidadão.

⁴² PINTO, Vitor Gomes. **Guerra nos Andes**. Brasília: Plano Editora, 2002, p.166.

Quando a Suprema Corte de Justiça fez coro às críticas em meio aos debates sobre o Estatuto de Segurança, o governador da Guajira, Rafael Iguaran, deu o golpe de misericórdia nas pretensões dos defensores do Estatuto de Segurança, denunciando a participação das forças armadas em negócios ilícitos das máfias.⁴³

Ante a crise de legitimidade de seu governo e a deterioração das forças armadas, Turbay chegou a criar uma comissão de Paz (inviabilizada pelo amplo questionamento realizado pelos militares), e posteriormente, próximo ao final de seu governo, implementou duas anistias para os que resolvessem abandonar a luta armada. Obteve algumas vitórias bombásticas contra os barões da droga, embora sem afetar-lhes o poderio nem breçar-lhes o caminho e o crescente enriquecimento⁴⁴.

A crescente situação de confrontação com os grupos armados e os acumulados problemas enfrentados pelos governos liberais, fizeram com que a reconciliação nacional fosse um dos temas principais durante as eleições presidenciais de 1982. Como das vezes anteriores, só uma minoria dos colombianos compareceu às urnas – a abstenção mesmo tendo diminuído em relação a outros pleitos, chegou a 60%. No entanto, não foi surpresa a vitória de Belisario Betancur, à frente do Movimento Nacional⁴⁵.

Ainda como candidato Betancur fez um chamado ao diálogo para alcançar a paz. Afirmou que as causas da violência teriam raízes sociais⁴⁶, e comprometeu-se a negociar

⁴³ *Ibidem*, p. 167.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 168.

⁴⁵ Uma aliança entre diversas tendências do Partido Conservador, liberais dissidentes, remanescentes da Anapo e ativistas do nascente Partido Social Democrático Cristão (PSDC).

⁴⁶ Talvez este seja exatamente o grande marco estabelecido pelo governo de Belisario Betancur; pois ao considerar as causas do conflito como consequências de problemas sociais, pela primeira vez se rompe com o velho estigma predominante entre os governantes colombianos até então, de que a existência da guerrilha era apenas fruto da ameaça comunista internacional. Isto é, ocorre de uma certa forma uma nacionalização nos rumos dos debates sobre o conflito, deixando-se de apontar a violência como “importações mal-intencionadas”, e passado a se levar em conta as formas como a sociedade estava estruturada e institucionalizada em termos econômicos, sociais e políticos.

com a direção dos grupos rebelados em municípios afetados pela violência. Após eleito, pôs em prática seus projetos, iniciando sua administração com uma generosa anistia⁴⁷, que abriu um longo ciclo de caminhos para a solução negociada ao conflito armado interno, por meio de um pacto de paz, que buscou considerar tanto “fatores objetivos quanto subjetivos”.

As FARC, que haviam rejeitado as propostas de Turbay Ayala por considerá-las uma ameaça ao movimento guerrilheiro para que se entregassem armas e homens, aceitaram negociar com Betancur pela possibilidade de se abrir um caminho para tais acordos por meio de um cessar-fogo bilateral, que não exigisse a deposição do arsenal bélico dos guerrilheiros⁴⁸.

Com este fim se criou uma Comissão de paz formada por 40 pessoas, que representavam um amplo espectro de setores sociais e políticos, com a tarefa de adiantar diálogos e contatos com diversos setores da sociedade – incluindo os insurgentes – e apresentar alternativas para o estudo do executivo e de outros segmentos do poder público.

Para possibilitar os contatos se desmilitarizou o município de Uribe, local que se converteu na zona de encontro entre a Comissão de Paz e o Estado Maior das FARC-EP, representado por Jacobo Arenas.

Na primeira rodada de diálogos, os comissários do governo reclamaram que se condenara expressamente o seqüestro e a extorsão. Por sua vez, as FARC⁴⁹ exigiram que

⁴⁷ Segundo é descrito no Esboço Histórico das FARC, apesar dos grandes “vácuos”, a Lei da Anistia (lei 35, de novembro de 1982), foi recebida pelo movimento guerrilheiro como uma possibilidade real de recuperar dos cárceres centenas de militantes.

⁴⁸ Esboço Histórico das FARC; Cap. 1, p. 32.

⁴⁹ Nas entrevistas os membros do Estado Maior das FARC sempre apontam que, após amplos debates, as decisões internas do movimento sempre são acatadas por todos, como rege o centralismo democrático leninista. Porém, existem evidências claras que algumas alas das FARC não participaram da paz promovida por Betancur. Caso por exemplo da Frente Ricardo Franco, cujas ações no período podem ser interpretadas como uma continuidade da linha mais dura da guerrilha e também como uma

qualquer acordo deveria incluir os compromissos governamentais de promover a modernização das instituições políticas, impulsionar a reforma agrária, facilitar a organização de camponeses e indígenas, reforçar as políticas de educação, saúde e emprego, buscar uma política de ordem pública, somente nas mãos da força do Estado, e propiciar uma anistia incondicional.

Os diálogos resultaram no estabelecimento dos Acordos de Uribe em 28 de março de 1984, que acarretou em acordos iniciais para o tratamento de todos estes temas e no estabelecimento de um cessar fogo bilateral. Além disso, se formou por designação presidencial uma Comissão Nacional de Paz e Verificação, com nove comissões regionais de apoio. Seu objetivo seria monitorar o cumprimento das disposições do acordo e apoiar os passos seguintes do processo de paz.

“Com o objetivo de assegurar a paz nacional, que é pré-requisito indispensável para a prosperidade geral do povo colombiano e para conseguir o desenvolvimento da atividade social e econômica com base na liberdade e na justiça, a Comissão de Paz e as Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia – FARC-EP, acordam os seguintes pontos:

1. As FARC-EP ordenarão um cessar-fogo e demais operativos militares a todas as suas frentes no país, a partir do dia 28 de maio de 1984, as 00:00, data que poderá ser adiada, com duração máxima de até dois meses se for necessário.

A ordem referida anteriormente será mantida indefinidamente se o senhor Presidente da Republica, doutor Belisario Betancur, retribuir este gesto de paz com uma semelhante ordem sua dada a todas as autoridades civis e militares sob sua jurisdição, na devida oportunidade.

2. As FARC-EP condenarão e desautorizarão novamente o seqüestro, a extorsão e o terrorismo em todas as suas formas e contribuirão para que a pratica acabe, como atentados que são contra a dignidade humana.

reação à violência do Estado e dos esquadrões da morte que agiam com ampla liberdade sob a condescendência oficial.

3. *A ordem do senhor Presidente da República será cumprida unicamente em relação aos grupos e pessoas que acatem e respeitem estas bases e não infringam a lei penal.*

4. *Uma Comissão Nacional e representativa das forças implicadas nos enfrentamentos, designada pelo senhor Presidente da República, será encarregada da verificação de todas as disposições contidas neste acordo, com a finalidade de consolidar o processo de pacificação. A Comissão criará subcomissões em Florência (Caquetá), Vista Hermosa (Meta), Barrancabermeja (Santander), Saravena (Arauca), Santa Marta (Magdalena), Medellín (Antioquia), Neiva (Uila), Orito (Putumayo) e Cali (Valle), e poderá se assessorar de pessoas estranhas a ela para se estudar, com seu concurso, nas regiões ou lugares em que fossem necessários os seus serviços, as queixas ou reclamações por fatos que pudessem interferir no desejo nacional de paz e segurança. A Comissão funcionará por todo o tempo que for necessário e poderá acordar seus propósitos regularmente.*

5. *A Comissão Nacional de Verificação funcionará em Bogotá e se transladará periodicamente para funcionar, com plenas garantias de acesso e livre trânsito, a uma das seguintes localidades, a escolha do senhor Presidente da República: a) San Juan de Arama, Granada e Vista Hermosa, em Metas; b) San Vicente de Caguán, Caquetá; c) Colômbia, em Huila; d) Dolores e Prado, em Tolima; e) La Uribe, em Meta.*

6. *Quando a juízo da Comissão de Verificação, hajam cessado os enfrentamentos armados, se abrirá um período de prova ou espera de um (1) ano para os integrantes do agrupamento até agora denominado Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia (FARC-EP) possam se organizar política, econômica e socialmente, segundo sua livre decisão. O governo lhes outorgará, de acordo com a constituição e as leis, as garantias e os estímulos pertinentes. Durante este mesmo período o governo tomará as medidas necessárias para restabelecer nas zonas de violência a normalidade civil.*

7. *Os integrantes das FARC-EP poderão receber os benefícios da lei 35 de 1982 e decretos complementares, quando preencherem as condições neles estabelecidas.*

No Plano Nacional de Reabilitação o governo dará preferência aos colombianos padeceram, direta ou indiretamente os estragos da violência para o restabelecimento de direitos injustamente suprimidos como consequência da alteração da ordem pública e da insegurança social.

8. A Comissão de Paz da fé de que o governo tem ampla vontade de:

a) Promover a modernização das instituições políticas, dirigidas a enriquecer a vida democrática da nação, e insistir perante as câmaras na pronta tramitação dos projetos sobre reforma política, garantias para a oposição, eleição popular de prefeitos, reforma eleitoral, acesso adequado das forças políticas aos meios de informação, controle político das da atividade estatal, eficácia da administração da justiça, impulsionar o processo de melhoramento da administração pública e novas iniciativas encaminhadas a fortalecer as funções constitucionais do Estado e a procurar a constante elevação moral pública.

b) Impulsionar vigorosamente a aplicação de uma política de reforma agrária como reconhecimento de que os problemas da terra estão presentes nos atuais conflitos sociais, e as demais ações das agências do Estado dirigidas a ampliar permanentemente os serviços ao campesinato para melhorar a qualidade de sua vida e a normal produção de alimentos e de matérias primas para a indústria, para o que dispõe do instrumento jurídico contido no artigo 32 da Constituição Nacional, que estabelece a direção da economia pelo Estado.

c) Robustecer e facilitar a organização sindical, de usuários camponeses e de indígenas, as associações cooperativas e sindicais, a favor dos trabalhadores urbanos e rurais, assim como suas organizações políticas.

d) Fazer constantes esforços pelo melhoramento da educação em todos os níveis, assim como na saúde, na moradia e no emprego.

e) Manter seu propósito indeclinável de que para a proteção dos direitos que a favor dos cidadãos são consagrados pela Constituição e pelas leis para a conservação e restabelecimento da ordem pública, só existam as forças

institucionais do Estado, de cujo profissionalismo e permanente melhoramento depende a tranqüilidade da cidadania.

f) Promover, uma vez estabelecida a paz, e tal como ocorreu em outras oportunidades, iniciativas para fortalecer as melhores condições de fraternidade democrática, que requer perdão e esquecimento, e de bem estar no aspecto econômico, político e social de todo o povo colombiano.

9. A Comissão de Paz estima que os enunciados anteriores apresentam um notável melhoramento das condições objetivas para a ação política e eleitoral e reitera seu convite aos setores comprometidos em ações perturbadoras da ordem pública, a que se aproximem da normalidade e apliquem os seus talentos e prestígio para a conquista da opinião pública por procedimentos democráticos e pacíficos.

10. O presente acordo será válido para qualquer outro grupo levantado em armas que expresse sua decisão de aceitá-lo, com prévia manifestação de tal vontade feita ao governo por intermédio da Comissão de Paz. Para facilitar a adesão a este acordo pelos grupos que desejem fazê-lo, se realizará uma reunião com todos eles no lugar e data que as partes combinarem.

*Este acordo requer, para sua validade, a ratificação do senhor Presidente da República*⁵⁰.

Nesse contexto as FARC-EP se concentraram no lançamento de um instrumento de mobilização de massa que pudesse atuar dentro do espaço legal que estava se abrindo para o movimento. Assim, em novembro de 1985, surge a União Patriótica como um braço político destinado a exercer oposição ao elitismo da tradicional política bipartidarista. Mediante um programa democratizante, com influência legislativa, e com possibilidade de se construir alianças urbanas com setores operários, de classe média e de “empresários nacionalistas”, a UP passou a conciliar a organização da sociedade civil à luta guerrilheira. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma discussão para a gradual desativação dos segmentos militaristas.

⁵⁰ Acordos de Uribe, assinado no Município de Mesetas, Departamento de Metas, em 28/03/1984.

O governo de Betancur considerou que a criação desse partido e a “abertura política” eram o caminho eficaz para inclinar as pretensões das FARC-EP até a legalidade.

“O programa da União Patriótica declarava a decisão de encabeçar em união com outros partidos e movimentos democráticos e de esquerda, a luta das massas populares pelo retorno da normalidade, da controvérsia civilizada, por uma abertura democrática que garanta o livre exercício da oposição e seu acesso a todos os meios de comunicação social, sua organização, sua luta e mobilização até criar um clima de participação popular nas gestões do Estado”⁵¹.

A participação da UP nas campanhas eleitorais de 1986 comprovam a enorme popularidade das FARC: nas eleições para corporações públicas foram eleitos mais de 350 vereadores, 23 deputados, 9 representantes à câmara e 6 senadores no Congresso da República; nas eleições para a presidência obtiveram mais de 350mil votos, uma coisa nunca vista antes na história da esquerda colombiana. Em apenas sete meses de atuação, a UP conseguiu superar em 300% os esforços de toda a esquerda unida na Colômbia⁵².

Porém, o impulso de Betancur que desde o início era visto com desconfiança pelos setores mais conservadores da sociedade colombiana⁵³, sofreu um duro golpe quando o M-19 sitiou o Palácio da Justiça, sede da Suprema Corte, ao final de 1985.

Sob pressão do processo inflacionário, e dos militares que achavam que se estava proporcionando demasiadas regalias à guerrilha, os Acordos de Uribe não conseguiram expressar o que seria um consenso nacional sobre uma saída política negociada. Em conseqüência, a Comissão de Paz e Verificação gradualmente se converteu em uma

⁵¹ Declaração comemorativa dos 30 anos da FARC-EP.

⁵² Esboço Histórico das FARC; Cap. 1, p. 32.

⁵³ Nem o congresso, nem seu próprio partido, nem os grupos econômicos, como tampouco os militares, respaldaram ao presidente em seus esforços de paz.

instância sem poder real. A debilidade do governo se agregou à crise fiscal e à adoção dos programas de ajuste do Fundo Monetário Internacional.

Tratando de superar seu isolamento político, Betancur aceitou firmar um novo acordo com as FARC-EP, em março de 1986, no qual se confirmou a continuidade dos Acordos de Uribe, em particular o cessar-fogo. Contudo, tais esforços não foram suficientes para estabelecer um novo animo nas tentativas de se conquistar a paz. Pois, durante a campanha eleitoral daquele mesmo ano a oposição, conseguindo convencer os poucos eleitores que votaram de que o caminho dos acordos com a esquerda estava errado, conseguiu eleger à presidência o liberal Virgílio Barco, notório seguidor das idéias e práticas de Turbay Ayala.

A administração de Virgílio Barco recebeu os acordos de paz como uma herança incômoda, da qual o próprio governo não fez muita questão de sustentar. Ainda que não tenha ocorrido uma ruptura formal da trégua por nenhuma das partes, a comunicação entre elas se deteriorou seriamente. A antiga comissão de diálogo e verificação foi desmantelada, produzindo-se um vácuo, já que não havia mais nenhum mecanismo que comprovasse e sancionasse as denúncias feitas sobre a sistemática violação dos acordos por parte de militares contra a guerrilha. As negociações de paz do governo com as FARC perderam ênfase, tornando-se burocráticas, o que permitiu o recrudescimento da atividade guerrilheira no interior.

As FARC alegam que por essa época foram até mesmo denunciados planos militares para assaltar e surpreender o Secretariado das FARC e estender a guerra para todo o país; e, sem a devida investigação das denúncias pelos órgãos responsáveis do governo, coube ao movimento guerrilheiro executar uma operação de defesa contra os operativos de contra guerrilha, em junho de 1987⁵⁴.

⁵⁴ Esboço Histórico das FARC; Cap. I, p. 34.

O presidente Barco, depois desta ação, em um discurso dado por rádio e televisão, notifica que em qualquer lugar onde a força pública fosse atacada, a trégua seria considerada quebrada. Esta notificação presidencial acabou por representar o início oficial da ruptura geral da trégua.

O rompimento do cessar-fogo, estabelecido entre exército e guerrilha desde 1984, fez com que os setores da direita se voltassem principalmente contra os militantes desarmados da União Patriótica, que permaneciam na legalidade. Por volta de 3000 de seus membros (incluindo seus conselheiros, sindicalistas, líderes agrários, parlamentares e dois candidatos a Presidência da República) foram vítimas de uma campanha sistemática de eliminação por parte dos esquadrões da morte dos paramilitares, que tinham como objetivo sua aniquilação como força política.

Ainda que o governo tenha insistido em uma nova proposta de reinserção das FARC à legalidade, o massacre contra os membros da União Patriótica, fez com que as negociações seguissem como “diálogos de surdos”⁵⁵. Sem conseguir grandes resultados com as FARC e com o ELN, a administração de Virgílio Barco dirigiu sua atenção para a conversações com outros grupos guerrilheiros, como o M-19 e o EPL, que optam por depor armas e incorporar-se ao processo político institucional⁵⁶.

⁵⁵ O governo chegou a propor uma deposição parcial de armas, o que as FARC responderam com mais fortalecimento militar e com demandas sustentadas nos Acordos de Uribe, ao que agregaram iniciativas como a de formação de uma “Comissão de Notáveis”, um governo “patriótico de conciliação nacional”, e o respaldo de iniciativas cidadãs para a convocatória a uma Assembléia Constituinte.

⁵⁶ Embora muitos de seus militantes tenham decidido permanecer lutando em células menores ou simplesmente aderindo aos grupamentos guerrilheiros remanescentes; a conversão do M-19 e do EPL representou uma vitória parcial da estratégia governista, com base na noção de que estava enfrentando um conflito de baixa intensidade para o qual as duas soluções possíveis era a desmobilização (oferta de vantagens para combatentes abandonarem a luta, em geral integrando-se a postos de reduzida importância na administração civil ou sendo admitidos na polícia ou no exército para combater os antigos companheiros) ou a derrota militar a curto prazo. O desenrolar posterior dos acontecimentos mostrou o fracasso desta concepção no caso das FARC e do ELN, que cada vez mais se consolidaram

Visões sobre a guerra e a paz

Muitas são as interpretações feitas sobre as razões que levaram ao estabelecimento dos Acordos de Uribe, as causas que levaram ao fracasso dos mesmos, bem como os seus efeitos para o conflito colombiano. No entanto, a polêmica entre os estudiosos do tema antes mesmo de atingir o próprio caráter das negociações, abrange as discordâncias sobre a natureza dos agentes envolvidos neste processo. Uma resolução aparentemente óbvia, mas que ao mesmo tempo revelava a falta de um consenso mínimo, até mesmo sobre os pontos fundamentais que tem alimentado o conflito e impedido o surgimento de uma solução concreta para o mesmo.

A imprensa burguesa – e uma considerável parcela do meio acadêmico⁵⁷ – têm demonizado as FARC, apontando a guerrilha como uma facção composta por ultra-esquerdistas intransigentes e fanáticos da violência. Enquanto por outro lado, estudiosos ligados principalmente a outros movimentos da esquerda latino-americana, criticam justamente a limitação tática da guerrilha, considerada como uma espécie de reformismo ou revisionismo armado⁵⁸. Assim, as diferentes concepções sobre o posicionamento das

como forças antimilitares permanentes. (PINTO, Vitor Gomes. **Guerra nos Andes**. Brasília: Plano Editora, 2002.)

⁵⁷ Camilo González Posso, em seu artigo denominado “Negociaciones con las FARC”, chega a afirmar que “Os fracassos das negociações tem revelado o choque entre as exigências radicais dos guerrilheiros e a inflexibilidade dos setores que controlam o poder econômico e político.”

⁵⁸ Marcelo Barba, em seu texto “Guerra ao narcotráfico: a nova desculpa humanitária” (publicado no jornal Opinião Socialista), considera que “(...) As FARC, por exemplo, têm um programa que não coloca uma proposta socialista. Pelo contrário, sua perspectiva é a reconstrução do país sob bases capitalistas, aceitando até a grande propriedade e as multinacionais, limitando-se a defender uma nova distribuição da renda.”

FARC revelam de alguma forma diferentes pontos de vistas em relação a todo o processo que envolveu os acordos de paz.

Torna-se evidente que o próprio movimento guerrilheiro – que tem já em seu nome uma auto-afirmação direta de força revolucionária – se defende de todas as acusações que buscam submetê-lo a qualquer um dos dois lados desse tipo de extremismo. Com o respaldo nada desprezível de ser o movimento armado mais antigo em atividade nas Américas, as FARC argumentam, dentro de uma análise fundamentada no marxismo-leninismo, que cada elemento da ação táctica deve ser colocado em perspectiva histórica se aproveitando ao máximo das possibilidades que cada momento oferece a luta. Assim,

“o que existe na Colômbia é uma luta de classes que tem alcançado um elevado grau de confrontação.(...)Somos fruto de uma experiência própria, construída a partir da análise e estudo dos aspectos histórico, político, social, econômico, cultural e militar do país e a situação internacional, também. A renda gerada por essa independência se manifesta em nossa autonomia e liberdade para elaborar e desenvolver nosso projeto de Libertação Nacional. Nossa ideologia, princípios e método de conhecimento estão baseados no Marxismo-Leninismo e nas idéias de grandes lutadores latino-americanos e do mundo. Entendemos que um processo revolucionário não se copia de outro como se fosse uma xerox, pois em cada país a luta pelas transformações profundas que devem conduzir à construção de um novo regime político, novo governo e novas instituições, precisa levar em conta as características que nele oferece a luta de classes.(...) O Processo de Paz entre o Governo de Belisario Betancur e as FARC-EP surge a partir de uma Lei de Anistia proposta pelo Governo e aprovada pelo Senado da República em novembro de 1982. Nas FARC estudamos atentamente essa Lei e as circunstancias políticas do país. Vimos que ofereciam um espaço novo para continuar a luta pela Paz com Justiça Social. Ademais, um de nossos princípios desde que surgimos em Marquetalia como guerrilha móbil em luta pela conquista do Poder, tem sido nossa disposição política de formular propostas encaminhadas à criação de um meio ambiente político que faça desnecessária a guerra fratricida da qual se beneficia a casta burguesa que traiu os ideais do Libertador e se mantém no poder porque converteu essa guerra contra o povo em sua forma normal de governar.

Porque acreditamos que existem outras vias para resolver os problemas do povo colombiano, aceitamos realizar a primeira reunião entre o Secretariado de nossa Organização revolucionária e a Comissão de Paz do Governo. E transformamos esse Processo de Paz em um instrumento para a mobilização da opinião e das grandes massas em todo o território nacional. Nossa disposição para criar um meio ambiente político novo foi clara e plena de sentido de Pátria. Foi pensando na Nova Colômbia que nos dedicamos a trabalhar até alcançar o Cessar de Fogos, a Trégua entre as partes enfrentadas e a formulação, discussão e a assinatura dos Acordos de La Uribe. Sabemos que o conflito se apresenta entre colombianos e deve ser resolvido entre os colombianos⁵⁹.

As FARC, de fato não negam em nenhum momento de seu discurso o caráter revolucionário da confrontação na Colômbia, assumindo inclusive a existência de um ambiente de luta de classes, onde apenas a burguesia e seus aliados têm se beneficiado da guerra que se assola o país. Entretanto, apesar de toda a argumentação sobre as possibilidades de avanços políticos na luta popular, abertas pela participação dos grupos de esquerda nos acordos de Uribe, o discurso das FARC sobre esse episódio é quase sempre apresentado de maneira negativa e até mesmo rancorosa. Ao mesmo tempo em que o movimento guerrilheiro contempla o período das negociações como um momento ímpar na recente história política da Colômbia, as entrevistas de membros de seu Alto Comando, assim como suas próprias publicações, sempre abordam esse episódio de maneira superficial; preferindo apresentar dados sobre o genocídio realizado contra os membros da União Patriótica, a discutir as questões essenciais que levaram a tal desfecho e impediram – e ainda tem impedido – a constituição de acordos de paz realmente duradouros entre a guerrilha e o governo⁶⁰.

⁵⁹ Entrevista concedida pelo Comandante Raul Reyes ao jornalista Hugo Marques, do Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil, em 13/03/2005)

⁶⁰ Se é que isso é possível.

Sem dúvida, as brechas históricas não esclarecidas pelo movimento guerrilheiro podem nos levar a pensar que, se por um lado o massacre promovido contra a União Patriótica foi consequência da intransigência das forças reacionárias de direita, por outro lado, também existe uma dose de responsabilidade dos setores da esquerda, de certa forma negligentes na combinação da luta legal e armada.

Entretanto, independente das conclusões a que se chegue com relação a este acontecimento; o certo é que o genocídio desencadeado contra a UP teve um significativo impacto nas dinâmicas do conflito em razão, por um lado da crescente desconfiança das FARC no campo político e nas negociações como uma alternativa viável da luta armada; e por outro lado, pela transformação que as circunstâncias da morte de tantas lideranças implicou na balança de poder entre os braços políticos e militares da organização.

É importante ressaltar ainda que, de maneira nenhuma, essa possível desconfiança das FARC com relação a novos acordos representou um encerramento nas possibilidades de diálogo. Mesmo com a situação que provocou o massacre de tantos militantes, aquelas foram apenas as primeiras, de uma série de negociações, entre a guerrilha e o Estado. Afinal, daquela época até hoje – mesmo que algumas vezes não se tenha chegado em nenhum acordo – foram estabelecidos diálogos com todos os governos que passaram pela presidência da Colômbia.

Considerando a disposição das FARC de negociarem com os mesmos governos burgueses, a quem o próprio movimento guerrilheiro havia classificado como principais beneficiados da situação de conflito que se estende na Colômbia, evidenciamos outra importante contradição dentro dessa linha de argumentação.

Uma completa negação desse esquema – que leva em conta as possibilidades de resolução dos conflitos por meio de acordos – é apresentada em outro importante foco de análise sobre o direcionamento da luta popular e da guerrilha na Colômbia. Marcelo Barba, afirma que existe uma orientação limitada por parte da direção das organizações guerrilheiras, as quais parecem buscar uma paz negociada aceitando conversações em que os árbitros sejam figuras dos governos burgueses latino-americanos, dos meios

imperialistas ou da Igreja, e que não coloque em questão a natureza capitalista e submissa do Estado colombiano. Na concepção de Barba, tal situação induz a erros semelhantes aos da guerrilha de El Salvador na negociação com o governo local, que na prática terminou numa verdadeira rendição política da Farabundo Martí, e na manutenção das mesmas oligarquias no poder.

Luis Arce Borja, editor do elDiario Internacional, vai além em suas críticas à guerrilha colombiana, afirmando que a linha militar das FARC não passa de oportunismo armado, que tem nos processos de negociação tentativas de se incorporar a política institucional de forma privilegiada. Sua oposição sobre a experiência de negociação entre facções da esquerda e o governo não se restringe apenas ao universo dos conflitos colombianos. Para ele a difusão de negociações de governos com movimentos de esquerda na América Latina, não se configura como evidência de objetivos políticos pacifistas ou democráticos (como geralmente se acredita), pelo contrário, foi uma prática amplamente fomentada com base na concepção estratégica dos Estados Unidos a partir da administração de Ronald Reagan (1981-1989), buscando derrotar os grupamentos subversivos do continente, institucionalizando o emprego da negociação de paz como instrumento contra-revolucionário.

“O conceito da negociação se insere como elemento principal da estratégia contra-insurgente norte-americana conhecida com o nome de Conflito de Baixa Intensidade, que os americanos estruturaram em 1981 para torná-la aplicável em todo Terceiro Mundo. A execução e desenvolvimento desta estratégia se sustenta em uma tática composta de duas opções para enfrentar a luta guerrilheira. Uma delas repousa exclusivamente no aspecto militar e a outra põe ênfase na gestão diplomática e negociadora. No primeiro caso, se refere a usar força militar e qualquer meio repressivo (invasões, envio de tropas, etc.) para destruir os movimentos revolucionários ou nacionalistas. Por outro lado, concebe um programa de negociações e “diálogo com a guerrilha”, para “corroer as posições

*progressistas ou revolucionárias no seu interior, tentar desmobilizar as massas e ganhar tempo, com o objetivo de liquidar a subversão*⁶¹.

Nesse sentido, a concepção de Luís Borja parte para definição extrema sobre o caráter das negociações colombianas; ou seja, o processo de paz na Colômbia se configurou de forma negativa ao movimento guerrilheiro, simplesmente porque não há uma separação real entre as estratégias de guerra do governo e os diálogos estabelecidos, uma vez que estes, têm sido sempre adversos aos interesses dos oprimidos, e em particular das guerrilhas negociadoras, servindo apenas para estender o caráter militar e opressor dos Estados auspiciadores dos acordos de paz. Para Borja, a experiência negociadora (guerrilha-Estado) dos últimos 20 anos entrega um saldo negativo para os movimentos guerrilheiros, e as potências têm se servido desta estratégia para conduzir à derrota os diversos grupos revolucionários⁶².

Outro estudioso que também trabalha as relações entre o Estado e a guerrilha na Colômbia com base no conceito de “conflito de baixa intensidade” é o professor Jaime Turriago⁶³, que explica a estratégia dos Estados Unidos de “atuar com mãos alheias”, evitando o desgaste provocado pela vinculação direta – uma parte dos EUA e outra das próprias forças institucionais do Estado colombiano. Turriago analisa ainda a evolução deste modelo de estratégia, que iniciada no início dos anos 80, segundo ele, configurou-se nos últimos anos na guerra antinarcóticos, como uma guerra “legítima”; isto é, um conflito liberado pelas forças militares e policiais da Colômbia, para o qual o exército

⁶¹ BORJA, Luís Arce. *A nova Democracia O revisionismo Armado*. Internet. Capturado na página http://www.anovademocracia.com.br/18_06.htm, em 15 de setembro de 2005.

⁶² Entre 1824 e 1994, os Estados Unidos realizaram 73 invasões militares na América Latina, todas elas precedidas de artificiosas negociações de paz. Somente no período que compreende o início dos anos 50 até 1994, as tropas americanas interviram abertamente 14 vezes na América Latina.

⁶³ Jaime Caycedo Turriago é secretário geral do Partido Comunista Colombiano, professor da Universidade Nacional da Colômbia e membro do Conselho Nacional da Paz, das organizações que lutam pela paz.

estadunidense e mercenários “contratistas” fazem praticar exercícios de reconstrução, adestramento e familiarização com as novas tecnologias, ajustadas à sua submissão funcional como instrumento da política estratégica. A guerra “suja” é praticada pelos paramilitares, cuja existência e desenvolvimento se justificam como “resposta da sociedade à guerrilha”, como resultado indesejável, mas inevitável, da própria guerra, incluindo a idéia de convertê-los paulatinamente em “atores” do conflito, propriamente, com direitos – iguais aos da insurreição –, de ocupar um lugar nas negociações e significar uma força política da ultra-direita na criação do modelo pós-conflito.

“De fato, o conflito aparece cada vez menos como uma confrontação das guerrilhas com o Estado. Com a introdução da idéia de “guerra de posição”, os estrategistas apresentam o relato de uma luta pelo território entre guerrilha e paramilitares. Segundo essa idéia, o Estado adquire um status de vítima e de inocente, até o ponto de desaparecer a guerra de contra-insurreição real, não obstante ser uma política permanente do Estado, com não menos de 40 anos ininterruptos. A população civil dos territórios em disputa é considerada objeto. Objeto esse não neutralizado, mas comprometido, e, no caso das regiões camponesas produtoras de coca ou papoula, consideradas pelas autoridades como delinqüentes, normalmente aliadas da guerrilha. Os exercícios de terror, através dos massacres dos esquadrões da morte, tentam forçar uma adesão, pelo pânico ou pelo deslocamento da população que luta pela mesma causa, abandonando móveis, animais, ferramentas, etc.”⁶⁴

Assim, as transformações pelas quais o conflito vem passando nas últimas décadas, com o avanço do paramilitarismo, e da intervenção do imperialismo estadunidense na região, tem permitido ao governo, mais uma vez, manipular o caráter histórico da longa guerra colombiana para depolitar ao máximo a imagem da guerrilha perante a opinião pública, confundindo-a com simples grupos de bandoleiros contestadores da ordem, para que uma possível resolução do conflito pela via dos diálogos, ocorra com os movimentos de esquerda moralmente enfraquecidos.

⁶⁴ TURRIAGO, Jaime Caycedo. Retirado de discurso realizado no Fórum Social Mundial, fevereiro 2003.

Considerações Finais

Mais de cinquenta anos de violência se passaram desde o surgimento das guerrilhas na Colômbia. Meio século caracterizado por ciclos de confrontos violentos, diálogos, tratados de paz e, então, novos confrontos. Nenhum dos agentes políticos envolvidos quer ceder qualquer parte de sua posição e privilégios. As guerrilhas reivindicam mudança radical na estrutura econômica, social e política do Estado. Por outro lado, o governo e certas corporações empresariais defendem a estrutura do Estado do jeito como está, apesar das múltiplas desigualdades sociais e econômicas que ela impôs sobre a nação.

Como resultado disso cada milícia tem reforçado cada vez mais a própria posição, baseada na convicção de que vai acabar derrotando seus inimigos pelas armas, ou pelo menos forçá-los a sentar na mesa de negociação enfraquecidos.

Em meio a toda essa disputa, encontra-se uma população civil, formada principalmente por camponeses pobres, vitimada pelos freqüentes ataques que arrasam regiões inteiras e pelas pressões dos grupos em conflito, com suas constantes tentativas de obrigá-la a aderir de alguma forma a luta contra os supostos “inimigos da Colômbia”.

Dizer que a Colômbia possui o mais sólido e democrático regime de respeito ao direito constitucional em toda a região andina, pela simples ausência de rupturas no longo sistema político que tem tentado se legitimar pela realização de eleições, é sem dúvida desprezar a histórica manipulação política empreendida pelos partidos Liberal e Conservador para se manterem no poder. As disputas no país fomentadas pela baixa participação eleitoral, e pela ligação de importantes representantes da política nacional com o narcotráfico, tem afetado a credibilidade do Estado, e propiciado a ascensão cada vez maior de novos agentes de contestação.

O surgimento de grupos paramilitares de direita, assim como as estreitas ligações entre os governos colombianos e o imperialismo estadunidense, evidenciam a ausência de reais condições para o estabelecimento de acordos de paz, que não representem apenas medida

preventiva da burguesia e do grande capital internacional diante da profunda crise que tem afetado a Colômbia.

As guerrilhas colombianas, ainda que se mantenham resistindo aos constantes estratagemas dos setores conservadores de direita, muitas vezes têm se deixado cair nestas armadilhas, permitindo a manipulação do governo sobre seus projetos de transformação social e suas possíveis relações com o narcotráfico.

A vitória de Álvaro Uribe já no primeiro turno das últimas eleições presidenciais – embora obtendo menos de um quarto dos votos, pela abstenção de 54% – configura um novo consenso nacional, de rejeição à retomada de negociações de paz e de apoio à Operação Colômbia. O agravante nessa situação é o vínculo de Uribe com os paramilitares e até mesmo com cartéis de narcotraficantes, o que dá um perfil de ascensão à Presidência justamente dos setores que representam os verdadeiros obstáculos na consolidação dos processos de paz na Colômbia; havendo ainda a legitimidade eleitoral e apoio da grande mídia, que fecha os olhos para os vínculos altamente suspeitos de Uribe.

O isolamento das guerrilhas e sua derrota política abrem campo para um enfrentamento militar aberto por parte do novo governo, tentando consolidar esse triunfo com a destruição militar dos grupos guerrilheiros. Assim, a eleição de Uribe fechou o ciclo de negociações aberto durante o início da década de 1980, com o governo de Betancur.

O processo de paz na Colômbia tem se mostrado cada vez mais distante, e ao mesmo tempo necessário – até mesmo para a preservação da Amazônia colombiana. Contudo, um processo de paz só seria efetivo caso fossem contempladas as demandas que se encontram na raiz do conflito. Isto é, a pacificação interna do país sempre ficará comprometida enquanto não houver: uma ampla transformação da estrutura sócio-econômica colombiana; a erradicação de outras formas de abusos de direitos humanos e da violência criminal praticados pelos demais atores violentos, particularmente aqueles ligados ao narcotráfico; e a reconciliação com a população civil atingida pelos longos anos de conflito. Isso, por certo, envolve uma alteração profunda das percepções das elites colombianas. Mas há dúvidas de que ocorra no curto ou médio prazo, sobretudo, dada a convergência de setores dominantes locais com a posição oficial estadunidense.

Bibliografia

ARBEX JUNIOR, José. **NARCOTRAFICO, um jogo de poder nas Américas.** Coleção Polemica. São Paulo, Moderna, 1999.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência.** Rio de Janeiro; Releuma-Dumará, 1994.

BASTOS, Francisco Inácio. **A coca e a cocaína na América Latina – subsídios sócio-culturais para o conceito de dependência.** In: “América: descoberta ou invenção”. 4 Colóquio UERJ. Rio de Janeiro; Imago Ed., 1992. p. 336-340.

BENATI, Antônio Paulo. História, ciência e política. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato Aloisio de Oliveira. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história.** Campinas: Unicamp, 2000.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina.** Vol. 1. América Latina Colonial

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro; Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **A escrita da história.** São Paulo: Novas Perspectivas, Editora UNESP, 1989.

CASANOVA, Pablo González. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**; tradução Ana Carla Lacerda; introdução Marcos Roitman-Petrópolis, RJ: Vozes: Rio de Janeiro: LPP: Buenos Aires: CLACSO, 2002.

CASTANEDA, Jorge G. **A Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana**. \ tradução Eric Nepomuceno, São Paulo: Companhia das Letras, 1994

CHAUVEAU, Agnes e TÉTART, Philippe. **Questões para a História do presente**. Bauru/SP; EDUSC, 1999.

CHESNEAUX, Jean. **História pela cúpula e história pela base. As massas populares na história**. In: Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre história e historiadores. São Paulo; Ática, 1995. p.148-157.

LEITE, Iara. Colômbia: **Impasse no processo de paz**. Artigo publicado no Jornal do Brasil (26/06/2005).

MÁRQUES, Gabriel García. **Cem anos de Solidão**. \ tradução Eric Nepomuceno. São Paulo; Folha de São Paulo, 2003.

_____. **Viver para Contar**. \ tradução Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MEZA, Ricardo Vargas. **Cultivos ilícitos, conflito e processo de paz na Colômbia**. Política Externa, São Paulo, v.9, n.4, p.72 - 83, mar./maio 2001.

MONSIVÁIS, Carlos. **La vanguardia y el proceso revolucionario**. In: "América: descoberta ou invenção". 4 Colóquio UERJ. Rio de Janeiro; Imago Ed., 1992 p. 203-210.

PANNUNZIO, Fábio. **A Última Trincheira**. Rio de Janeiro; Record, 2001.

PAZ, Octávio. **O Labirinto da Solidão e Post. Scriptum**. tradução de Eliane Zagury. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2º ed. 1984.

PINTO, Vitor Gomes. **Guerra nos Andes**. Brasília; Plano Editora, 2002. p. 158- 249.

REYES, Raúl. **Militarismo, tráfico de droga e neo-liberalismo**. FARC-EP/ Julho de 1997.

Artigos da Internet:

BORJA, Luís Arce. A nova Democracia **O revisionismo Armado**. Internet. Capturado na página http://www.anovademocracia.com.br/18_06.htm, em 15 de setembro de 2005.